## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA



Trabalho de Conclusão de Curso

Caminhos para uma acessibilidade sensível: um relato sobre o Parque Histórico General Bento Gonçalves

SAMIRA SOUSA LOPES

### **SAMIRA SOUSA LOPES**

# Caminhos para uma acessibilidade sensível: um relato sobre o Parque Histórico General Bento Gonçalves

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Data da defesa:						
Dua da delesa.						
Banca examinadora:						
Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro – UFPel (orientador)						
Prof <sup>a</sup> . Dra. Francisca Ferreira Michelon – UFPel						

Dedico este trabalho à minha mãe Vera Lúcia que sempre apoiou minhas decisões independente de concordar com elas ou não, em memória ao meu pai Ademir Lourenço que sempre sonhou com este momento, aos meus irmãos Andrei e Ademir e ao meu "paidrasto" Robson por sustentar meus passos em vários momentos desta trajetória e a todo profissional museólogo apaixonado por sua profissão.

#### **AGRADECIMENTOS**

Ao amigo e professor dedicado, Diego Ribeiro, que me inspirou e despertou minha paixão pelo tema Acessibilidade e me orientou neste TCC, exercendo o verdadeiro sentido de empatia ao qual busquei abordar neste trabalho, motivando-me a cada orientação e acreditando em meu potencial.

À professora Letícia pelo apoio e disponibilidade na disciplina.

A todos os professores do curso que me acompanharam e com seus conhecimentos me transformaram na pessoa que sou hoje, alguém dedicada e apaixonada pela museologia.

Ao Sr. Eutálio da Silva, diretor do Parque Histórico General Bento Gonçalves pela disponibilidade de material e informações.

À minha mãe pelo amor, compreensão e incentivo que me ensinou a ser guerreira e lutar contra as adversidades.

Às amigas, Vanessa Conrado, Pâmela Tanasovichi e Jenifer Gavilan por estarem presentes e dispostas nos momentos em que mais precisei.

Aos amores encontrados e perdidos nesse trajeto.

"Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose." (IBRAM, 2009)

#### Resumo

LOPES, Samira Sousa. **Caminhos para uma acessibilidade sensível: um relato sobre o Parque Histórico General Bento Gonçalves**. 2017, 76 p. Monografia (Graduação) — Curso de Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS.

A acessibilidade é uma expressão muito abrangente que acaba envolvendo incontáveis conceitos e definições e, que ao longo do tempo passou por inúmeras transformações. Esta monografia buscou abordar a acessibilidade dentro dos espaços dos museus para além do visível, tendo como objetivo principal fomentar uma discussão sobre como a Acessibilidade Sensível pode contribuir nas relações comunicativas empreendidas entre museu e público; conceito este que será desenvolvido ao longo desse trabalho através de um relato de experiência de estágio no Parque Histórico General Bento Gonçalves.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Acessibilidade Sensível; Comunicação; Parque Histórico General Bento Gonçalves.

# Lista de Figuras

Figura 1.Museu do PHGBG.	. 44
Figura 2.Visão da entrada do museu.	. 45
Figura 3. Entrada dos fundos do museu.	. 45
Figura 4. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 48
Figura 5. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 49
Figura 6. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 50
Figura 7. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 50
Figura 8. Depoimento de uma visitante na página do museu nas redes sociais. Robert	to
fazia parte do quadro de segurança da instituição.	. 51
Figura 9. Área para churrasco.	. 52
Figura 10. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 53
Figura 11. Resultado de reflexão a respeito de uma das ações do museu	. 54
Figura 12. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 56
Figura 13. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 57
Figura 14. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 58
Figura 15. "Mural do Visitante", espaço reservado para o visitante deixar seus elogic	os,
críticas e sugestões	. 61
Figura 16. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 61
Figura 17. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 63
Figura 18. Bilhete do "Mural do Visitante"	. 65
Figura 19. Curiosidades publicadas pelo museu em seu perfil	
Figura 20. Exemplo de uma comunicação amigável utilizada pelo museu em suas red	
sociais.	. 67

# Sumário

11
14
14
18
26
33
33
33
38
40
43
69
71

## Introdução

A acessibilidade está intimamente ligada ao conceito de inclusão. No Brasil, nas últimas décadas, temos avançado no pensamento e debate sobre o assunto, no que resultou e vem se refletindo, como veremos no primeiro capítulo, na criação de diversas leis de proteção a pessoas com deficiência, na defesa à igualdade e no direito à liberdade de autonomia que todos devemos ter. Contudo, ainda podemos verificar que o cumprimento desta legislação não é pleno, o que faz com que uma parte significativa da população fique prejudicada. Além de que existe uma tendência a supor que acessibilidade esteja ligada somente a pessoa com deficiência, limitando a discussão em outros âmbitos, como por exemplo a relação interpessoal dos envolvidos em qualquer atividade realizada dentro dos espaços museológicos.

O termo acessibilidade é bastante abrangente e envolve inúmeros conceitos e definições e, como veremos neste trabalho, passou por inúmeras transformações ao longo do tempo. A discussão a respeito do tema no Brasil é relativamente recente dada a sua importância. Foi a partir dos anos 60, após a onda de democratização cultural e educacional na Europa que os governos de fato passaram a incorporar a acessibilidade dentro das políticas das instituições.

Desde que entrei<sup>1</sup> no curso de museologia e passei a investigar e conhecer os museus, procurei observar e refletir a respeito das relações entre essa instituição e o seu público visitante. Intrigava-me perceber como ainda é distante essa relação. A motivação deste tema, da monografia, começou com um trabalho sobre o tema ao qual realizei no terceiro semestre do curso em uma disciplina chamada Comunicação em Museus.

Este interesse foi potencializado e mudado de foco durante o trabalho realizado por mim como estagiária no museu do Parque Histórico General Bento Gonçalves (PHGBG), localizado na cidade de Cristal. Estive em atividade no museu pelo período de um ano, do início de 2014 ao início de 2015. Durante o processo de colaboração com as atividades do museu, tive a oportunidade de ver de perto a rotina de trabalho dentro de um museu bem como esta relação do público com o espaço museal, no qual pude

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Usou-se a primeira pessoa nesta introdução pelo fato de tratar de uma vivência pessoal.

perceber um vínculo de familiaridade e empatia, embora todas as adversidades vividas pelo museu.

Tendo em vista estas vivências, a acessibilidade dentro dos espaços dos museus é o foco neste trabalho, tenho como objetivo principal fomentar uma discussão sobre como a *Acessibilidade Sensível* pode contribuir nas relações comunicativas empreendidas entre museu e público; conceito este cujos parâmetros serão arrazoados ao longo do trabalho monográfico. E, a partir disso, refletir sobre qual o papel da Instituição nesta relação de empatia, para quem sabe assim, os gestores busquem incluir os diferentes tipos de necessidades no centro das políticas e estratégias que ampliem a acessibilidade em museus. Com esta discussão, busca-se, portanto, contribuir para uma melhoria nas relações entre a Instituição Museu e seu público através do reconhecimento da importância de se investir em uma acessibilidade sensível, tendo como pano de fundo a ideia de empatia.

Esta monografia busca elucidar então, questões referentes a acessibilidade para além do visível, trazendo à discussão este parâmetro da acessibilidade que abarca indicadores como contexto econômico, emocional, cultural, de gestão e informacional. Alinhava-se essas ideias de uma forma a evidenciar uma relação de empatia entre o museu e seu público visitante a fim de se comprovar as vantagens de se investir neste tipo de acessibilidade ao qual denominei de *Sensível*.

Motivada pelo desejo de entender como um museu pode ser tão bem aceito ou não pela comunidade em que está inserido independente de sua tipologia e conteúdo, busca-se com esta pesquisa mostrar às instituições que outros tipos de acessibilidades existem para além dos garantidos nas leis federais, estaduais e municipais no que dizem respeito a deficiências físicas, mentais, auditivas e visuais, colaborando assim, para um aprimoramento nas relações entre museus e sociedade.

Em termos metodológicos foi utilizado como ferramenta pesquisa bibliográfica e relato de experiência, de sorte a dar embasamento aos conceitos aqui trabalhados. A acessibilidade então, será discutida de forma específica, iniciando em uma abordagem ampla para o entendimento do conceito, trabalhando de forma genérica aspectos físicos e sensoriais, para em seguida delimitar meu foco de pesquisa para além deles, uma vez

que as dificuldades de acesso também se encontram nos aspectos que distinguem cada indivíduo.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo está subdividido em três partes, a primeira trazendo os conceitos sobre acessibilidade que foram se metamorfoseando ao longo do tempo de acordo com as necessidades e contexto ao qual está envolvido. Em seguida, utilizando a legislação será mostrado como a discussão a respeito do tema foi se desenvolvendo e se aperfeiçoando ao longo do tempo, primeiro no âmbito federal, para depois adentrar no campo museológico.

O segundo capítulo, está estruturado em quatro partes, iniciando a discussão, será explorado de forma breve um histórico dos museus desde a prática do colecionismo até o surgimento dos primeiros museus e em seguida, a formação dos mesmos no território brasileiro, trazendo sempre a discussão de como a acessibilidade foi se transformando juntamente com os museus nesta trajetória e como o tema é empregado dentro das instituições. A primeira e segunda parte dialoga com o primeiro capítulo ao tomar o museu como o local que pode concretizar em suas ações todas as políticas públicas conquistadas no âmbito da acessibilidade.

Após discutir como tema é posto em prática dentro dos museus, iniciaremos uma reflexão sobre as características aplicáveis que regem este conceito tão abrangente, dividindo-os em parâmetros com base em todo estudo realizado neste trabalho e tendo a consciência que a acessibilidade é uma prática que engloba todos os aspectos da vida em sociedade que, de alguma forma influenciam na realização das atividades desejadas. Abordarei parte destes parâmetros, nomeados neste trabalho monográfico como acessibilidade sensível, discorrendo sobre um relato de experiência de estágio no já referido PHGBG.

### FUNDAMENTOS PARA A ACESSIBILIDADE

Neste capítulo trabalho os diferentes conceitos de acessibilidade e sua aplicabilidade em diferentes contextos, para depois seguir em direção aos meios de proteção e garantia dessa aplicabilidade utilizando da legislação federal e da legislação no âmbito museológico fornecendo as bases que preciso para o entendimento da minha pesquisa.

#### 1.1 Conceitos

Discorrer sobre acessibilidade implica, em um primeiro momento, entender os princípios mais básicos dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos², em seu Artigo 1º nos coloca que: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Portanto, é dever dos profissionais da cultura como agentes ativos de transformação social, garantir que todos tenham acesso à cultura. Esse "acesso" ganha uma amplitude inimaginável de possibilidades de ações dentro do contexto dos museus e com isso, se faz necessário trabalhar alguns conceitos.

O termo acessibilidade é bastante abrangente e envolve inúmeros conceitos e definições e, como veremos mais adiante, é entendida pelo Poder Legislativo como uma facilidade no deslocamento e utilização de serviços públicos por pessoas portadoras de deficiência ou que tenham mobilidade reduzida. Ou seja, é a possibilidade de se alcançar com autonomia e segurança os espaços da cidade, o direito de ir e vir sem obstáculos, com segurança. É, portanto, a condição de alcance para utilização de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Uma visão bem reducionista e específica sobre o tema que encontra pelo caminho inúmeras barreiras, principalmente de cunho simbólico já que tratamos de indivíduos com hábitos, comportamentos e necessidades diferentes.

Porém, quando tratamos de acessibilidade logo a ligamos com fatores físicos e para Santos (2009) na acessibilidade arquitetônica, um meio físico acessível que permita que todos os indivíduos se desenvolvam como cidadãos com direitos iguais, tem de seguir determinados parâmetros:

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948.

- (I) Respeitador Deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado, a todos deve ser facilitado o acesso;
- (II) Seguro Deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram o meio físico têm de ser dotados de segurança;
- (III) Saudável Não deve constituir-se, em si, um risco para a saúde;
- (IV) Funcional Deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma a atingir os fins para que foi criado, sem problemas ou dificuldades;
- (V) Compreensível Todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, por conseguinte, é fundamental uma informação clara (utilização de símbolos comuns a vários países, evitando as palavras ou abreviaturas da língua local). A disposição dos espaços deve ser coerente e funcional;
- (VI) Estético O resultado deve ser esteticamente agradável (SANTOS, 2009, p.57).

A acessibilidade está intimamente ligada ao conceito de inclusão e para Pastore (2001), para garantir a todos direitos culturais e para promover o desenvolvimento social inclusivo é preciso observar três princípios necessários para inclusão:

- Autonomia: é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e dignidade;
- Independência: é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas;
- Equiparação de Oportunidades: é o processo do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos (PASTORE, 2001)

Mas, a acessibilidade não pode se restringir apenas a fatores físicos e espaciais como locomoção e criação de equipamentos específicos, ela também diz respeito a fatores sociais, culturais e políticos. É uma prática que engloba todos os aspectos da vida em sociedade que, de alguma forma influenciam na realização das atividades desejadas, como o preço para utilização de um serviço ou o desconforto ao não se sentir pertencente a um determinado espaço. A acessibilidade, por esse caminho, diz respeito à qualidade de vida, como coloca Amanda Tojal.

pouca ou nada adiantarão iniciativas isoladas de inclusão e propostas de acessibilidade nos espaços expositivos se não houver de verdade uma política de inclusão que assuma esse conceito de forma permanente e que venha a plasmar todas as áreas da instituição, abrangendo não somente a área

educativa, mas também as áreas de pesquisa, documentação, conservação e comunicação, além de todos os profissionais envolvidos com a recepção, segurança e o atendimento aos públicos do museu (TOJAL, 2015, p.195).

O Instituto Português de Museus em seu caderno *Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade*, traz como definição de acessibilidade:

Acessibilidade é entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos – acessibilidade do espaço – mas vai muito para além deles, uma vez que toca outros componentes determinantes, que *concernem aspectos intelectuais e emocionais*, acessibilidade da informação e do acervo. [...] Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objectos expostos num ambiente favorável. [...] Para, além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida (IPM, 2004, p.17, grifos do autor).

O que este texto nos mostra é que compreender a especificidade de cada sujeito é fundamental para esta relação de harmonia entre o museu e público. Nos provoca a refletir o quanto se precisa avançar nesse campo, para além das barreiras físicas de um edifício é preciso vencer as barreiras simbólicas, transformar o comportamento das pessoas envolvidas nesta relação, para evitar experiências potencialmente traumáticas para o visitante.

Portanto, a compreensão da acessibilidade, embora importante, ultrapassa as ações de adaptação do espaço e dos dispositivos de comunicação seguidos por normas técnicas de acessibilidade e, ao analisar a acessibilidade em um sentido mais abrangente, podemos refletir sobre conceito de *acessibilidade universal*.

Em resumo, considera-se acessibilidade universal as condições que devem cumprir todos os entornos, bens, processos, produtos e serviços, bem como os projetos e instrumentos, ferramentas e dispositivos para serem compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por todas as pessoas com condições de segurança e comodidade e da forma mais autônoma e natural possível, pressupondo a estratégia do desenho para todos (GARCIA, 2008, p.54).

Como pode-se observar a partir desse conceito de *acessibilidade universal*, percebemos a sua dimensão em ambientes culturais que abrangem o espaço físico, a

gestão com as políticas institucionais e o planejamento do espaço, os instrumentos e ações para a comunicação, informação, fruição e a consciência e sensibilidade no acolhimento do público em respeito à sua diversidade, sejam pessoas com deficiências ou não.

A partir desta transformação cultural, podemos ampliar a discussão a respeito da acessibilidade, e começar a enxergá-la não só como uma limitação física/sensorial, mas também, como potencial, sendo associada com conforto e bem-estar, e isso se aplica a toda e qualquer pessoa independente de sua condição.

Segundo Mazotta (2006) "não é concebível, pois, defender inclusão social abstraindo-se as condições básicas de acessibilidade nos espaços sociais públicos ou que são compartilhados por todos". Ele ainda ressalta que as dificuldades de acesso aos bens e serviços sociais e culturais resultam em uma privação da liberdade e da equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano. Acessibilidade não é só a possibilidade de entrar em um ambiente, mas é um direito de participação ativa no meio social, é cidadania e inclusão social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na siga em inglês) aprovou em maio de 2013 no Congresso Internacional de Hangzhou (República Popular da China) a emissão de uma declaração na qual reconhece o poder da cultura para o desenvolvimento sustentável. A declaração é um resultado positivo do congresso e esta detalha oito medidas para converter a cultura em um pilar do desenvolvimento sustentável.

"(...) o potencial da cultura como motor do desenvolvimento sustentável por meio das contribuições específicas que ela pode aportar – enquanto capital de conhecimentos e setor de atividade – ao desenvolvimento social, cultural e econômico inclusivo, à harmonia, à sustentabilidade ambiental, à paz e à segurança" (UNESCO - DECLARAÇÃO DE HANGZHOU, 2013, p.2).

Segundo a declaração, a UNESCO pede ao mundo que integre a cultura em todas as políticas e planos de desenvolvimento, facilite o desenvolvimento cultural, o entendimento cultural mútuo e a reconciliação cultural, salvaguarde os direitos culturais de todos para promover o desenvolvimento social inclusivo e impulsionar o papel da cultura na redução da pobreza e no desenvolvimento inclusivo.

"É crucial garantir os direitos culturais, o acesso aos bens e serviços culturais, a livre participação na vida cultural e a liberdade de expressão artística para forjar sociedades inclusivas e equitativas. (...) promover um enfoque baseado nos direitos culturais e no respeito à diversidade cultural e linguística, levando também em consideração as minorias (...)" (DECLARAÇÃO DE HANGZHOU, 2013, p. 4).

Os meios de garantia deste direito de todos, é fazer cumprir o que está em vigor na lei. A produção legislativa no campo da acessibilidade é recente, porém tem sido bastante volumosa, mostrando inúmeros avanços no mundo jurídico, o que, trazendo para nosso campo, deveria assegurar uma democratização cultural.

## 1.2 Legislação Federal e Acessibilidade

A legislação é o principal instrumento de proteção ao cumprimento dos direitos e deveres de qualquer nação. Neste trabalho busca-se abordar em cada tópico a legislação de forma cronológica, respeitando uma questão de hierarquia natural referente a legislação federal sobre a legislação no âmbito cultural para assim, tratar de como o profissional museólogo tem trabalhado essa legislação e os conceitos de acessibilidade que se resignificaram ao longo do tempo, dividindo-a em parâmetros diferentes, utilizando dos documentos norteadores para o campo como as Cartas Patrimoniais, Portarias, recomendações e etc.

A Constituição Federal é o primeiro e principal instrumento jurídico que trata de acessibilidade, em defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, além de garantir a todos o direito à igualdade, à dignidade, à não discriminação e à educação. A Constituição trata em seu texto questões referentes a medidas como o direito à inserção no mercado de trabalho, as reservas de vagas em concursos públicos e a previsão de eliminação de barreiras arquitetônicas.

Em seguida ano após anos a legislação brasileira passou a trilhar caminhos para garantir os direitos e inclusão de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, como a Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 que estabelece normas gerais para o

exercício da cidadania das Pessoas Portadoras de Deficiência e com o ineditismo de definir também as responsabilidades do Poder Público<sup>3</sup>.

A importância desta lei está ligada ao fato que além de tratar sobre diversas questões associadas à promoção de uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, como saúde, educação e trabalho, traz ainda, como dispositivo o art. 8º que criminaliza o ato de discriminar o portador de deficiência no trabalho, na escola, em estabelecimento hospitalar ou mesmo no concurso público. Além de que, essa legislação, corrigiu a questão das edificações, regularizando a acessibilidade em edifícios públicos e particulares com acesso ao público, como os museus. Apesar de serem obrigações sem muitos critérios específicos, já nos mostra uma crescente preocupação em ampliar o acesso nesses espaços.

Várias outras leis que dispunham sobre questões específicas de acessibilidade foram surgindo, mas somente dez anos depois teríamos outra referência na legislação, que foi a regulamentação da lei anterior pelo Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Este decreto, além de dar uma maior efetividade à lei, institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, nele também aparecem como a legislação divide as deficiências em categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla<sup>4</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Esta lei dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da PPD – CORDE, Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes e dá outras providencias.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> I - Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; IV - Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho; V - Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

No ano seguinte temos a criação de duas leis, a Lei 10.048 de 8 de novembro de 2000, que trata de questões referentes á prioridade de atendimento, regulamentada pelo Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. E a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no qual são estabelecidos requisitos mínimos de acessibilidade que abrangem desde as vias públicas, parques, espaços livres, estacionamentos, reformas e construção de edificações de uso coletivo e privado. A referida lei nos apresenta alguns conceitos importantes para entender os critérios que norteiam a promoção da acessibilidade como as barreiras que são entendidas como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2000).

Neste mesmo documento encontramos a primeira definição de acessibilidade que é utilizada pelo legislativo:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, *informação e comunicação*, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, grifos do autor).

Percebe-se que, para a legislação, a acessibilidade acaba tendo uma abrangência restrita a pessoas portadoras de alguma deficiência, ou seja, em seus textos fica claro sua preocupação com acessibilidade voltado para o âmbito físico e sensorial. Porém há de se destacar a menção sobre o alcance com autonomia dos meios de "informação e comunicação" nesta definição, que está diretamente ligada aos princípios dos museus. O museu enquanto local de aquisição, salvaguarda e comunicação de bens patrimoniais, se torna também um lugar de reflexão e aprendizagem da vida cotidiana, associado com o os setores do lazer e do turismo, tem potencial de despertar nos visitantes o poder crítico e consciência social. Nesse aspecto, Luciana Koptcke defende que:

Museus são espaços de construção de conhecimento, de ressignificação de objetos, de interação social e de exercício da autoridade simbólica. Colocam em relação diferentes campos de saber, segmentos sociais, tempos espaços

constituindo, de forma substantiva, *uma atividade comunicacional*. Servem à construção de memória, à formação de uma sensibilidade estética, à popularização das ciências, à afirmação de identidades, dentre tantos usos sociais já identificados ao longo da história dos museus (KOPTCKE, 2010, p.70, grifos do autor).

Quatro anos mais tarde, no decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a lei 10.048 de 8 de novembro de 2000 e a lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, há uma reorganização na definição de acessibilidade, trazendo dados que ampliam os recursos de seu interesse, que passa então a ser definida como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Ainda assim, este conceito continua a focar nas questões referente a mobilidade, ou seja, percebemos uma restrição do conceito à pessoas portadoras de deficiência. Este decreto, também traz de importante a referência às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam questões referentes à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos, e passam a ser utilizadas como referencial técnico na criação de mobiliário urbano, projetos arquitetônicos e urbanísticos. Importante ressaltar que o uso da ABNT não é obrigatório por lei, mas ela têm sido referência na promoção da acessibilidade, principalmente no âmbito dos museus.

A referência normativa NBR 9050 que foi atualizada em 2004 pela ABNT, também traz sua própria definição de acessibilidade baseada ainda na primeira definição colocada pela legislação com a ressalva de uma acessibilidade cognitiva, nos indicando uma ampliação do seu sentido com a percepção de novas possibilidades com o tempo.

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, NBR 9050, 2004, p.2, grifos do autor)

Outra referência normativa da ABNT utilizada para promoção da acessibilidade é a NBR Nº 15599:2008 que "fornece diretrizes gerais a serem observadas para a acessibilidade em comunicação na prestação de serviço, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais." (ABNT, NBR 15599, 2008, p.1). Nesta norma a acessibilidade é definida como "possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência." (ABNT, NBR 15599, 2008, p.2, grifo do autor).

Novamente podemos inserir os museus no contexto de meios de comunicação descrito nessa definição. Segundo Marília Xavier Cury (2005), em um sentido mais abrangente é a museologia quem dá este caráter comunicacional aos museus, sendo a exposição o seu principal meio de comunicação que aproxima a sociedade com o patrimônio cultural. A Declaração de Caracas de 1992<sup>5</sup>, em seu texto, também afirma esta característica dos museus "Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais." (DECLARAÇÃO DE CARACAS - ICOM, 1992).

Ainda referente a ABNT, no item 5.4 - Lazer e Cultura, esta norma apresenta diretrizes para a comunicação na prestação de serviços em museus, espaços de exposição e espaços culturais.

- a) espaço livre de barreiras que impeçam o acesso aos equipamentos ou tornem o caminho inseguro ou perigoso [...];
- b) atendimento especializado em LIBRAS [...];
- c) planos ou mapas táteis ou maquetes com a descrição de seus espaços [...];
- d) gravações com a descrição dos ambientes, dos percursos e roteiros [...];
- e) exemplares de libretos e programas, de eventos e exposições, em braille e em tipos ampliados;
- f) etiquetas e textos com versões em braille e em tipos ampliados [...];

<sup>5</sup> Este documento faz uma análise da atual situação dos Museus da América Latina, estabelecendo um

perfil das mudanças sócio/políticas, económicas e tecnológicas nos últimos 20 anos. Ele também coloca que os museus têm como desafio a relação do museu com a Comunicação, o Património, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos e recomenda a reformulação das políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, tudo isso em função de se estabelecer uma significativa relação com a comunidade. Além de redefinir o conceito trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, de Museu Integral para o conceito de Museu Integrado na Comunidade.

- g) serviço especializado de acompanhante para servir de guia a pessoas com deficiência visual e surdo-cegos [...];
- h) outras formas de interação e conhecimento das obras de arte expostas [...] (ABNT, NBR 15599, 2008, p.9 e 10).

Em 2007, houve em Nova York a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e em 2008 o Congresso Nacional aprovou através do Decreto Legislativo Nº 186 a ratificação do seu texto e seu protocolo facultativo. O propósito da Convenção é "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente" (BRASIL, 2009b) e, os Estados partes assumem obrigações legais para seu cumprimento, onde o Brasil ratificou sem ressalvas e incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação do Decreto Nº 6949 de 25 de agosto de 2009. O que resultou por parte do governo, um plano de ações para o cumprimento destas leis, criando o Plano Nacional Viver Sem Limites, o fortalecimento de órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, e a articulação política realizada pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No que se refere à cultura, a Convenção defende a garantia do acesso das pessoas com deficiência aos bens e atividades culturais em formatos acessíveis, aos locais que promovem ações culturais, além da promoção do seu potencial artístico, criativo e intelectual e do reconhecimento de sua identidade cultural e linguística:

- 1.Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
- a)Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b)Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c)Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, *museus*, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional (BRASIL, 2009b, grifo do autor).

Como veremos mais adiante, a legislação ligada à cultura avança a passos mais largos do que em relação às leis de proteção no âmbito federal, isto se dá principalmente

pela necessidade evidenciada pelo contexto histórico dos museus no Brasil, como nos mostra Luciana Koptcke.

A partir da segunda metade do sec. XX, em meio a crises econômicas e de legitimidade social, os museus adentram o campo da economia da cultura e, como consequência, enfatizam o papel das exposições como dispositivo comunicacional, valorizando a presença e a opinião do público como indicadores de eficácia institucional. O aumento de frequência e a diversidade social dos visitantes se tornam argumentos da legitimidade, tanto no âmbito econômico como no âmbito da retórica política sobre a democratização do acesso aos museus e às produções culturais que conservam, estudam e expõem (KOPTCKE, 2010, p.72).

Outro importante mecanismo de inclusão e promoção da acessibilidade no âmbito cultural é a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (2010/2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. O PNC foi estruturado em três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

No que diz respeito ao direito de cidadania, a implementação das políticas culturais relacionadas a essa dimensão buscará com que:

"(...) em 2020, os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, *acervos de museus*, entre outros. (...) Tais espaços estarão mais bem equipados, com gestores mais capacitados e qualificados, com acessibilidade garantida a pessoas com deficiência" (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2012, p. 17, grifo do autor).

Esta pesquisa não se preocupa apenas com o acesso físico às coleções, mas sim ao produto cultural como um todo, esta democratização do acesso se dá em um aspecto especificamente semântico, respeitando principalmente as barreiras simbólicas existentes para uma promoção da inclusão social.

O PNC tem 53 metas a cumprir e a meta 29 trata especificamente da acessibilidade, ela propõe que "100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros,

arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência". (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2012, p. 86).

Segundo o PNC, há duas maneiras que podem garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades, uma é pela adaptação desses espaços e a outra é pela oferta de bens e atividades culturais produzidos em formatos acessíveis.

Além disso, é preciso estimular os espaços culturais para que desenvolvam ações voltadas à promoção da efetiva fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, tais como oferecer equipamentos e serviços que facilitem o acesso aos conteúdos culturais (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2012, p. 86).

Porém, garantir o acesso não é suficiente. Para entender melhor, podemos usar o esquema apresentado por Roman Jakobson (2010) a respeito da comunicação verbal, em que faz a relação entre: emissor e museu, ou seja, quem produz e codifica a mensagem; receptor e público, o destinatário da mensagem; mensagem e objeto, o elemento que fundamenta a comunicação. O que essa analogia com o Sistema de Informação (SI) mostra é que o museu, como entendemos, é um espaço puramente comunicacional, por isso, dar "acesso" simplesmente não supre as demandas desta relação. É preciso assim como no SI, que a mensagem seja apreensível, decodificável pelo visitante, ou seja, é preciso haver compatibilidade de códigos para o sucesso deste diálogo.

Uma das últimas e importante lei a entrar em vigor, é a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Nela é Instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O Estatuto é baseado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional no ano de 2008, aprovados com força de emenda constitucional, e promulgados em agosto de 2009. A lei é ampla e aborda vários pontos da vida cotidiana das pessoas com deficiência, consolidando os avanços trazidos pela Convenção, mostrando um progresso significativo para a sociedade no caminho da inclusão de forma verdadeira e efetiva.

Como se pôde observar, a legislação referente às pessoas portadoras de deficiência é muito vasta e específica, o que deveria garantir a essas pessoas uma vida

digna e cidadã. Entretanto, as falhas no sistema são diversas começando pelo fato de que o Poder Público é o primeiro a descumprir a legislação, existe também a falta de fiscalização e punição para o descumprimento de todas as leis descritas acima.

## 1.3 Legislação no Âmbito Museológico

Os museus então, dentro dessa perspectiva de acessibilidade ficam com a responsabilidade de atender a essas necessidades enquanto instituições que estão "a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento" (BRASIL, 2009a).

A primeira preocupação sobre questões de acessibilidade na área de museus aparece na *Recomendação sobre os Meios mais Eficazes para Fazer os Museus Acessíveis a Todos*, durante a décima primeira Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, celebrada em Paris de 14 de novembro a 15 de dezembro de 1960. Entre os princípios gerais desta recomendação está que "Los Estados Miembros deberían adoptar todas las medidas adecuadas para que los museos situados en su territorio sean accesibles a todos, sin distinción de condición económica o social." (UNESCO, 1960). As recomendações apresentadas neste documento são:

- 4. Debería facilitarse al público mas diverso la apreciación de las colecciones mediante una presentación clara, una rotulación sistemática que facilite datos sucintos, la edición de guías y folletos que proporcionen a los visitantes las explicaciones necesarias y la organización sistemática de visitas con guía y comentadas, adaptadas a las diferentes categorías de visitantes y confiadas a personas idóneas, designadas de preferencia por los organismos previstos en el párrafo 16 de la presente Recomendación, así como, eventualmente, mediante la utilización discreta de aparatos mecánicos de audición.
- 5. Los museos deberían permanecer abiertos todos los días y a horas convenientes para todas las categorías de visitantes, teniendo en cuenta, en especial, las horas libres de los trabajadores. Los museos deberían disponer de personal de vigilancia bastante numeroso para que se encargase, por turno, de mantener abierto el museo todos los días sin excepción y sin interrupción, salvo cuando las condiciones y costumbres locales aconsejasen lo contrario, así como por la tarde, después de las horas de trabajo. Deberían estar dotados de las instalaciones necesarias (luz, calefacción, etc.).
- 6. La entrada a los museos debería ser fácil y los museos lo más acogedores posible y ofrecer ciertas comodidades para el visitante. Respetando el carácter del museo y el buen orden de las visitas, deberían ponerse a disposición del

público salas de descanso, restaurantes, cafés, etc., de preferencia dentro del recinto del museo (en los jardines, terrazas, sótanos acondicionados, etc.) o en las cercanías del mismo.

- 7. Deberían tomarse disposiciones para permitir, siempre que sea posible, la entrada libre en los museos. Si no se establece la gratuidad permanente sin excepción alguna, y se juzga necesario mantener, incluso a titulo simbólico, un pequeño derecho de entrada, la admisión debería ser gratuita en todo el museo al menos un día, o el equivalente de un día, por semana.
- 8. Cuando se exija el abono de un derecho de entrada, debería eximirse de tal obligación a las personas de ingresos reducidos y a las familias numerosas en los países donde existan métodos oficiales para identificar a esos grupos.
- 9. Deberían preverse medios especiales para estimular la repetición frecuente de las visitas, en especial en forma de abonos a precios reducidos que den derecho, durante un período determinado, a un número ilimitado de entradas a un solo museo o a un conjunto determinado de museos.
- 10. Siempre que fuera posible, debería concederse entrada gratuita a los grupos, de escolares o de adultos, constituidos en relación con programas educativos y culturales, así como a los socios del museo o miembros de las asociaciones a que se refiere el párrafo 17 de la presente recomendación. (UNESCO, 1960, grifo do autor).

Neste documento é importante observar em como a acessibilidade sai da referência de uma pessoa "deficiente" e passa a abranger os mais diversos públicos, se preocupando com aspectos rotineiros da vida, tratando de uma acessibilidade de cunho social, e não apenas físico.

A Declaração de Quebec (1984), acontece junto com à criação do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Nesse documento estão registrados os princípios que devem orientar as ações para uma nova museologia adotada pelos modelos alternativos de museus que surgiam em diferentes países. Para Santos (1999), essa Nova Museologia permite que o público apreciador e contemplador das exposições passe a ser sujeito das ações museológicas integradas, junto com técnicos, comunidades e escolas, ou seja, uma metodologia que supera as funções tradicionais da museologia, pois, busca integrar as populações em suas ações, por meio da interdisciplinaridade e da utilização dos métodos contemporâneos de comunicação e gestão. Neste documento também há uma importante mudança no foco das ações museológicas, que passa da exclusiva preservação do objeto para a promoção social.

Em 1992, a Declaração de Caracas trouxe uma nova e profunda revolução nas bases da disciplina museológica, onde são reafirmadas a prioridade à função socioeducativa do museu, o estímulo à reflexão, afirmação como canal de comunicação, reafirmação de princípios, uma renovação de compromissos. Além disso, o documento traz uma nova relação conceitual do qual destaca o museu integrado, onde o Museu é entendido como um meio de comunicação, servindo como instrumento de diálogo entre o produto cultural e a comunidade, ou seja, um museu Integrado à vida de uma comunidade. Entre as suas recomendações podemos destacar no item *Museu e Comunicação*:

- Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e com as mensagens culturais, através do uso de códigos comuns e acessíveis ao público, e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objecto em um contexto mais amplo de significações;
- Que se levem em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos sectores do público, buscando novas formas de diálogo, tanto no processo cognitivo como no aspecto emocional e afectivo de apropriação e, internalização de valores e bens culturais;
- Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-a nos processos e actividades museológicas, desde as investigações e colecta dos elementos significativos em seu contexto, até sua preservação e exposição;
- Que se busque sua forma de acção integral e social por meio de uma linguagem aberta, democrática e participativa que possibilite o desenvolvimento e o enriquecimento do indivíduo e da comunidade (DECLARAÇÃO DE CARACAS ICOM, 1992).

A partir de 2003 com a produção coletiva do Plano Nacional de Cultura e com a Política Nacional de Museus — PNM, cresceu no Brasil o debate sobre o papel da museologia contemporânea, fortalecendo o caráter dos museus como agentes de inclusão cultural, de afirmação de identidades e de reconhecimento da diversidade.

Com isso, órgãos ligados à promoção da cultura e ao universo dos museus passaram a criar mecanismos de promoção de acessibilidade também nesses espaços, como a Instrução Normativa nº 1 de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a

acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica. A ela compete:

estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (IPHAN, 2003).

Nesta instrução normativa do IPHAN a definição de acessibilidade é espelhada tanto na Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 quanto no decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, e é entendida por:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (IPHAN, 2003).

Neste mesmo documento a definição de barreira aparece como "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas" (IPHAN, 2003) e são classificadas como:

- I barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- II barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- III barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa (IPHAN, 2003).

Sobre as barreiras, podemos citar Amanda Tojal (2015) quando diz que "Nenhum recurso técnico voltado para a satisfação de exigências de acessibilidade efetivamente logrará êxito se desacompanhado de uma acessibilidade comunicacional e atitudinal previamente desenvolvidas" e conclui:

Sendo assim, e acompanhando o conceito da nova museologia, todos os processos de comunicação museológica deverão ter por objetivo garantir o pleno acesso ao patrimônio cultural, o que significa não somente permitir a entrada dos diferentes públicos, mas também possibilitar a esses visitantes

estratégias de mediação que ofereçam plenas condições para que eles possam decodificar os conteúdos ali apresentados, e consequentemente, o direito de se reconhecerem como parte intrínseca desse patrimônio cultural, principalmente por parte daqueles que, por razões de vulnerabilidade social ou por deficiências sensoriais, físicas, emocionais e intelectuais fazem parte de grupos menos privilegiados (TOJAL, 2015, p.197).

O Código de Ética para Museus é um dos documentos básicos do International Council of Museums (ICOM), a mais importante entidade museológica internacional e estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal<sup>6</sup>.

Dentro do código, em sua seção 1. "Os museus preservam, interpretam e promovem aspectos do patrimônio mundial", no item 1.4 que se refere ao *Acesso*, o código diz que "A autoridade de tutela deve assegurar que o museu e seu acervo sejam acessíveis a todos durante horários aceitáveis e períodos regulares. Atenção diferenciada deve ser dada aos portadores de necessidades especiais", já no item 1.5 sobre *Saúde e Segurança* "A autoridade de tutela deve assegurar que as normas de saúde, segurança e acessibilidade sejam aplicadas aos profissionais do museu e aos visitantes." (ICOM, 2004).

A Portaria IPHAN nº 1, de 05 de julho de 2006, dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. No seu Art. 2º. mostra a função do Plano Museológico, que "trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos." (IPHAN, 2006), e no seu Art. 5º ele mostra os programas ao qual devem fazer parte do corpo do Plano Museológico e trata do Programa arquitetônico:

aquele que trata da identificação, da conservação e da adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Foi aprovado por unanimidade na 15<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOM realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de novembro de 1986. Modificado na 20<sup>a</sup> Assembleia Geral em Barcelona, Espanha, em 6 de julho de 2001 e revisado com suas emendas aprovadas na 21<sup>a</sup> Assembleia Geral realizada em Seul, Coréia do Sul, em 8 de outubro de 2004.

acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão (IPHAN, 2006).

A Lei Nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, em seu Art. 2º. evidencia os princípios fundamentais dos museus como "a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural". Já em sua subseção III - Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus, no Art. 35. mostra que "Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente." (BRASIL, 2009a)

No ano seguinte temos a criação do Plano Nacional Setorial de Museus - IBRAM 2010/2020, ao qual é composto por cinco eixos de ações - Produção simbólica e diversidade cultural; Cultura, cidade e cidadania; Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura e economia criativa; e Gestão e institucionalidade da cultura. Sobre o tema de acessibilidade no Eixo II: Cultura, cidade e cidadania temos:

**Diretriz 01:** Fomentar ações educativas, a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social.

Estratégia 02: Incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete dignidade humana frente ao patrimônio.

Ações:

- Desenvolver metodologias de trabalho e publicações em que as construções de discurso nos museus alcancem a excelência de forma democrática e acessível a toda a população.
- Estabelecer uma prática dialógica de avaliação e certificação, com parecer de representantes das associações locais de deficientes físicos, sensoriais e cognitivos, das exposições, projetos e reformas de instituições museais (PSNM IBRAM, 2010, p.53, grifo do autor).

Estas ações segundo Amanda Tojal (2015), terão mais êxito se ligadas ao modelo emergente de mediação expográfica, que busca ampliar o diálogo e participação do público com o objeto cultural.

Para os públicos com deficiências, físicas, sensoriais, emocionais e intelectuais, o conceito do modelo emergente de concepção expográfica, é, com certeza, aquele que, ao permitir o contato direto, isto é, a experiência concreta com o objeto museal, pela via multissensorial, garante uma maior gama de acessos e formas de decodificação desse objeto a essas pessoas (TOJAL, 2015, p.199).

Na diretriz de número 07 que trata sobre a garantia de investimento na qualificação e nas condições de trabalho do quadro de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e dos espaços de memória, uma de suas estratégias seria a implementação de mecanismos de efetivação da acessibilidade física e sociocultural criando ações de respeito e incentivo às manifestações do patrimônio cultural e instituindo programas específicos que viabilizem essa acessibilidade nesses espaços. (PSNM – IBRAM, 2010, pag. 56).

A mais recente legislação encontrada no âmbito museológico sobre a acessibilidade se refere a Portaria IBRAM nº 232, de 29 de julho de 2011, que estabelece padrões mínimos para dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do IBRAM.

Fazendo uma análise deste trabalho até o momento, percebemos que em teoria, inúmeras são as garantias, principalmente em se tratando da legislação, de que a acessibilidade seja aplicada para uma melhoria nas relações e aproximação do público com o museu resultando assim na tão almejada democratização da cultura e cumprimento dos museus em seu papel social. Contudo, sabemos que na prática a uma discrepância entre o que é garantido e o que é vivenciado, então, o que falta para os museus para se tornarem efetivamente acessíveis?

### **ACESSIBILIDADE E MUSEUS**

Dadas as bases sobre acessibilidade, explicando conceitos e trabalhando as transformações na legislação, tanto na esfera federal quanto no âmbito dos museus, este capítulo adentrará de fato ao campo museu, oferecendo um breve histórico do surgimento dos museus no mundo e em seguida no Brasil. Levou-se em consideração neste histórico o fator acessibilidade, mesmo que o tema, em alguns períodos, ainda não fosse de ampla discussão.

Posto o histórico dos museus, será abordado os parâmetros de acessibilidade ao qual foi compreendido diante de todo este trabalho, dando ênfase ao parâmetro *Sensível* ao qual será mostrado em experiência um relato sobre o Parque Histórico General Bento Gonçalves.

### 2.1 História dos Museus e Acessibilidade

#### 2.1.1 Os Primeiros Museus

O museu teve suas bases estruturadas na prática do colecionismo, conforme aponta a bibliografia especializada da área. Mas sua história de transformação, podemos assim dizer, está cheia de lutas, estudo e reflexões. Sua trajetória passou por contemplação, poder hierárquico e práticas políticas até o seu caráter de cunho social tão almejado hoje.

O ato de colecionar é considerado um comportamento universal. O homem sempre colecionou e acumulou objetos, visando a perpetuar sua imagem, afirmar a posse de bens, obter reconhecimento de seu meio e classificar o mundo à sua volta (VALENTE, 2003, p.23).

O interesse em coletar e classificar objetos se mimetizou ao tempo e aos processos histórico-culturais, ganhando contornos híbridos. Maria Valente (2003) nos diz que "O uso de objetos para veneração precedeu a prática de acumulá-los e transformá-los em elementos estimadores do poder e prestígio daqueles que os possuíam.". Ainda de acordo com a autora, esses objetos, tornaram-se coleções, caracterizando-se como testemunho da cultura material e, portando, digno de preservação e conclui que "as coleções transformaram-se, portanto, na alma do museu,

que, enquanto guardião e produtor do saber, recebeu do século XV ao século XVIII o impulso necessário à sua efetiva consolidação no século XIX".

Os "cabinets de curiosités" foram sem dúvida um ponto chave para a história dos museus e para a museologia. Os acervos apresentado nesses locais, de domínio particular, eram formados por obras de arte, objetos da Antiguidade, curiosidades exóticas, instrumentos científicos, etc., possuíam uma expografia caótica, aos olhos de hoje. Silvania Nascimento (2005) nos diz que as visitas eram guiadas pelo proprietário que apresentava um discurso aventureiro, conquistador ou naturalista e possuía acesso restrito autorizados pelo próprio colecionador. Segundo Maria Valente (2003) "Encontram-se lançados aí os alicerces de um museu excludente, que só contemplavam os que detinham o poder e o saber", portanto esses objetos que faziam parte de coleções privadas tinha acesso limitado e pouco preocupado com o interesse de quem visitava, visto que tinham um caráter puramente exibicionista.

passaram a ser usados por aqueles grupos sociais surgidos nos séculos anteriores e então fortalecidos pelo apoio da nobreza, engendrando o gosto e o interesse pelo saber científico e artístico que foi propagado pelos que se encontravam no topo da hierarquia social. Somente esses puderam, com seus recursos, proporcionar meios para que artistas, cientistas, e literatos realizassem seus trabalhos no campo da arte e do conhecimento [...] Dessa maneira, a influência monárquica, que favorecia e estimulava os que se dedicavam ao estudo e à arte, também sancionava a separação entre os indivíduos, quando excluía os desfavorecidos da ordem social estabelecida (VALENTE, 2003, p.26).

Ainda de acordo com a autora, neste mesmo período Francis Bacon, político e filósofo conhecido como fundador da ciência moderna propagou o ensino pela experiência e desse modo os objetos passaram a ser vistos como facilitadores de uma assimilação do conhecimento baseado na observação e percepção gerados pelos sentidos, o que levou a uma forma organizada de apresentação dessas coleções, a partir de critérios que obedeciam a uma ordem atribuída à natureza. Quando a revolução científica se estabelece no final do século XVIII, as coleções passam a ser alvo de um estudo sistemático com fins de gerar informação, porém, o acesso a essa informação ainda está restrito aos centros de pesquisa e às universidades.

Danièle Giraudy (1990) coloca que "No final do século XVII, com as conquistas da Revolução e do desenvolvimento dos nacionalismos, brota a idéia de que tais riquezas não são propriedade única dos poderosos, pertencendo doravante aos povos. Passa-se da noção de coleção à de patrimônio.". Este avanço na noção de patrimônio são os primeiros passos rumo a uma democratização da cultura. De acordo com Marlene Suano (1986) "foi somente o movimento revolucionário do final do século XVIII que abriu o acesso às grandes coleções, tornando-as efetivamente públicas", este acesso no entanto ainda não era pleno como mostra a própria autora.

No ano de 1791, as assembleias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou em 1792, a criação de quatro museus, de objetivo explicitamente político e a serviço da nova ordem. Foram eles: (1) o Museu do Louvre, aberto em 1793 e disponível ao público, indiscriminadamente, três dias em cada dez, com o fim de educar a nação francesa nos valores clássicos da Grécia e de Roma e naquilo que representava sua herança contemporânea [...] (2) O Museu dos Monumentos, destinado a reconstruir o grande passado da França revolucionária [...] (3) o Museu de História Natural e (4) o Museu de Artes e Ofícios, ambos voltados ao desenvolvimento do pensamento científico em função de suas realizações práticas (SUANO, 1986, p.28).

Segundo Silvania Nascimento (2005), após a Revolução Francesa, surge outra revolução que viria somar na prática expográfica nos espaços dos museus e na conquista pela democratização do conhecimento: a Revolução Científica, que incorporou outros elementos na forma como os museus passaram a se comunicar, como máquinas, artefatos e ciência. A autora explica que os séculos XVIII e XIX também foi marcado pela expansão industrial, introduzindo tecnologia no meio expositivo e moldando um novo tipo de visitante, o trabalhador em seu tempo de lazer, e este cenário resultou no que podemos classificar como primeiros passos para uma preocupação com a acessibilidade, pois "forçou" a criação de instituições públicas abertas nos feriados e em horários convenientes aos trabalhadores, como à noite. Heloisa Barbuy nos mostra como é visto os museus nesse contexto e como se dá essa noção de "para todos":

no campo das revoluções políticas e sociais, o museu corresponde ao estabelecimento das noções de um patrimônio cultural público, de um direito do povo a possuir aquilo que é propriedade universal do gênero humano, bem como às ideias de preservação e legados para a posteridade (BARBUY, 2010, p.125).

Heloisa Barbuy também coloca que nesse momento surgem novas práticas e estratégias de comunicação voltados para as exposições industriais e exposições universais daquele período, como as vitrines, demonstrações, profusões e retrospectivas<sup>7</sup>. Porém, de acordo com Suano (1986), até metade do século XIX, "os edifícios, mas principalmente as coleções, estavam carregados de um simbolismo negativo, completamente alheio à origem e função dos objetos que os compunham", ainda neste período muitos museus não tinham um planejamento de atividades voltadas para o público e nem uma política de aquisição de acervo, os museus acumulavam e exibiam, corroborando para o desinteresse do público.

No século XX a forma como os museus passaram a comunicar mudou de foco. Eles começaram a criar objetos próprios para as exposições e investiram na promoção de tecnologia. Assim, a expografia, principalmente nos museus de ciência e tecnologia, passou a produzir um cenário para a apresentação dos objetos que muitas vezes foram criados com este único objetivo museológico. É neste século também, que surgem as grandes instituições internacionais que viriam a atuar na produção de diversos documentos que viriam a orientar as práticas museológicas no mundo, como a UNESCO (1945), o ICOM (1946) e o ICOMOS (1965)<sup>8</sup>.

Moana Campos Soto (2014) vai destacar na elaboração desses documentos, o Seminário da Unesco em 1958, sobre a função educativa dos museus, nesse documento se estabelece uma nova visão tanto para os objetos museológicos, bem como para o caráter educativo dos museus "A partir de então, os museus se consolidaram enquanto

<sup>7</sup> Profusão − a exibição de artigos industrializados em grande quantidade e variedade é recorrente nos recintos das exposições universais.

Vitrines – indicam a necessidade de proteção de objetos, que precisam ser vistos mas não podem ser tocados.

Demonstrações – formas didáticas de explicar os processos de fabricação, o uso de máquinas ou as novas invenções.

Retrospectivas – traziam uma visão evolucionista da História e tornavam o passado uma etapa percorrida para se chegar à excelência do tempo presente.

<sup>8</sup> UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), criada em 1945 pela ONU, como instituição especializada. Seu objetivo é, através da cultura, ciência e educação estreitar a colaboração entre as Nações com vistas a assegurar o respeito à justiça, às leis, aos direitos do homem e às liberdades fundamentais, desta maneira garantindo-se a manutenção da paz e da segurança mundial.

ICOM (Conselho Internacional de Museus), criado em novembro de 1946, é uma Organização não Governamental de museus e de seus profissionais, que visa trabalhar na promoção dos interesses da Museologia e de outras disciplinas relacionadas às atividades dos museus.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) foi criado a partir das recomendações oriundas da Carta de Veneza, resultante do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1934. O ICOMOS se configura enquanto uma organização não governamental internacional que atua na promoção da conservação, proteção, reabilitação e melhoria de monumentos, grupos de edifícios e sítios, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

\_

espaços públicos à serviço do público, e cada vez mais a noção de coleção foi sendo substituída pela de patrimônio.". Portanto, os museus passaram a se preocupar com a coerência em suas coleções, o que antes era adquirido pela escolha de raridade e valor atribuídos pelos curadores, passou a seguir critérios bem definidos seguindo os objetivos estabelecidos pelos museus e também levando em consideração os interesses do público.

Durante as décadas de 60 e 70 se processou o alargamento da noção de determinados termos no campo da Museologia, o conceito clássico de museu — que operava com as noções de edifício, coleção e público — foi confrontado com novos conceitos, novas abordagens, que ampliavam e problematizavam o que era antes, de certa forma, estigmatizado socialmente. Passou a se operar através de novas categorias: o território (socialmente praticado), o patrimônio (socialmente construído) e a comunidade (construída por laços de pertencimento). (SOTO, 2014, p.66).

Outro documento importante a mencionar sobre a ampliação de uma noção de acesso em relação aos museus e público, é a Declaração de Quebec – 1984, como mencionado no capítulo anterior foi o documento fundador do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Em seu corpo refletem sobre o reconhecimento da necessidade de ampliar a prática museológica e de integrar nessas ações as populações; a convocação ao uso da interdisciplinaridade e de métodos modernos de gestão e comunicação; e a priorização do desenvolvimento social.

A proposta básica da "Nova Museologia" está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o "mundo vivido" o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. De certa forma, a proposta da "Nova Museologia" sugere uma "libertação" da razão instrumental a que os museus estavam e, ainda, continuam submetidos, atrelados ao Estado racional legal, calcado em um sistema jurídico e em uma burocracia efetiva, etc., o que pode ser evidenciado, através da política de preservação paternalista, imposta pelos governos, onde a decisão do que deve ser preservado, a coleta e a guarda das coleções estão sempre nas mãos dos mais poderosos (SANTOS, 1995, p.88).

Este documento traz para discussão a participação efetiva da comunidade nos processos desenvolvidos pelos museus, promovendo uma interação e consequentemente um maior sentimento de pertencimento e valorização.

Como pudemos observar no capítulo anterior, a discussão a respeito da acessibilidade é recente e neste capítulo fica evidente que a abertura dos museus, em termos de acesso, foi um processo lento e gradual. A Revolução Francesa foi um marco nesse acesso, garantindo uma aproximação à produção científica, porém, só recentemente o foco se direciona às pessoas. Dentro deste contexto, a associação com a acessibilidade que podemos refletir ao longo da história dos museus está ligado diretamente nas maneiras que ele encontra para se comunicar com o público ao longo do tempo, buscando formas de assimilação da informação mais do que o próprio acesso à mesma.

### 2.1.2 Museus no Brasil

Os primeiros grandes museus públicos no país só foram inaugurados no século XIX, em sequência foram: O Museu Real, que depois se transformou no Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866) e o Museu Paranaense (1876). Myrian Sepúlveda dos Santos (2004) coloca que os museus no Brasil do século XIX eram em sua maioria museus de história natural e que por isso, tinham um caráter acadêmico significativo fazendo com que esses museus fossem mais voltados para a pesquisa do que para o grande público.

Em 1922, Gustavo Barroso, ao criar o Museu Histórico Nacional, foi responsável pelo estabelecimento de um marco que anunciava uma nova era de museus nacionais no Brasil. O acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representassem a história da nação. Esta, entretanto, privilegiou o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos, mantendo à parte a participação popular. A homenagem à tradição e ao Império serviu também de base ao discurso nacionalista conservador e elitista que Barroso vinha defendendo há alguns anos. Como conseqüência, a grande maioria da população ficou simplesmente do lado de fora do museu (SANTOS, 2004, p.56).

Heloisa Barbuy (2010) nos diz que "são, naquele momento, esforços civilizatórios, isto é, criados na esteira de toda a tradição ocidental de museus e exposições", portanto, não se diferenciava no que diz respeito à acessibilidade dos museus do resto do mundo, museus sem representatividade do grande público.

Tojal reforça a afirmação de Barbuy quando nos mostra as ideias do então diretor do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão criado em 1937 para a preservação do patrimônio cultural no país.

Rodrigo de Melo Andrade acreditava que o museu, além enfatizar o seu caráter de preservação de bens culturais, deveria destinar esse patrimônio a uma classe social informada, não ao povo. Sendo assim, os museus deveriam ser destinados principalmente a uma elite cultural com condições tanto de compreender os códigos ali apresentados como também contribuir com suas reflexões para uma melhor divulgação ou conhecimento da arte no país (TOJAL, 2007, p.60).

Segundo Letícia Julião (2006) "o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado a um universo simbólico das elites, à ideia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais". Não é difícil entender este distanciamento histórico e persistente entre museus e público do qual lutamos tanto para estreitar, pois, como vimos, o museu foi forjado a partir da institucionalização de coleções privadas, segundo valores de seus proprietários que pouco tinham de representatividade com o povo. Posteriormente, os representantes escolhidos foram pessoas que executavam ideias contrárias aos caminhos de inclusão e acessibilidade, onde o público deveria se tornar "digno" de adentrar ao museu e não o contrário. Isto nos faz refletir sobre o importante papel da instituição na busca da *Acessibilidade Sensível*, que visa um estreitamento nos laços dessa relação, principalmente como uma forma de "reparar" ações e negligências advindas de seu percurso histórico. Afinal, os museus são ou não são instituições a serviço da sociedade?<sup>9</sup>.

Ainda podemos observar que a maior parte dos museus brasileiros está em prédios que não foram construídos para serem museus, prédios criados para outras funções e tiveram seu uso resignificado. De acordo com Amanda Tojal (2007), a maior parte deles, tombados por órgãos de proteção ao patrimônio. Com isso, à uma dificuldade de adequação desses prédios a visita de qualquer pessoa, visto que o tombamento cria uma série de barreiras para mudanças na estrutura e com isso a inviabilização de adaptações necessárias.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> ICOM (2001). Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite.

Com o crescimento do movimento da Nova Museologia amparados pelos valores e práticas difundidos pelo ICOM na segunda metade do século XX, os museus passaram a repensar e investir na sua função social. Heloisa Barbuy (2010) explica que a partir desse período "nas exposições, ganharam terreno as preocupações com as temáticas de interesse coletivo e popular e com a comunicação e participação das comunidades envolvidas ou dos visitantes."

Pouco a pouco os museus foram rompendo as barreiras tradicionais e se adequando às novas realidades e reivindicações de seu público que passou a ser mais exigente e mais consciente dos seus direitos como cidadãos, de se sentirem integrados e inseridos em seu patrimônio cultural. Em uma perspectiva contemporânea, perde espaço a museologia centralizada e elitista.

O museu então, além de suas funções de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural, se apropriou de uma responsabilidade social se colocando à disposição do visitante para que este pudesse finalmente se sentir representado, primeiro grande passo para se tornar um local de fato acessível.

## 2.2 Parâmetros de Acessibilidade

A rigor, para o senso comum, a acessibilidade redunda apenas em uma de suas dimensões: a arquitetônica. Rampas, corrimão, piso tátil, banheiros adequados, entre outras questões relacionadas ao tema são imediatamente lembradas. Pensar neste tipo de acessibilidade, apesar de ser uma dimensão cara e complexa, é fundamental para garantir pelo menos o acesso físico à PPD. Porém, a eliminação das barreiras físicas em um espaço é apenas uma das dimensões do acesso. A proposta deste trabalho é ampliar esta visão restrita de acessibilidade para a dimensão do sensível que, através do exercício da empatia, um bom planejamento e sem necessitar de muitos recursos econômicos, é possível transformar o museu em um local acessível e não só para um determinado tipo de público, mas para todos.

Consoante com o que vimos, é possível então, classificar a acessibilidade de acordo com três parâmetros, a de ordem física, sensorial e o que irei chamar de parâmetro sensível, pois está ligada a um campo semântico da acessibilidade, ou seja, implica em uma certa sensibilidade dos envolvidos no campo museológico. A

acessibilidade sensível, por sua vez, no escopo deste trabalho, dividir-se-ia em cinco categorias, são elas:

ACESSIBILIDADE SENSÍVEL	
Acessibilidade Econômica	Poder aquisitivo do visitante
Acessibilidade Emocional	Acolhimento/simpatia/atitudinal
Acessibilidade Cultural	Interesse/questões pertinentes/sentimento de pertencimento/comunidade refletida
Acessibilidade de Gestão	Multidisciplinaridade/metodologia participativa/feedback/retroalimentação
Acessibilidade Informacional	Publicidade/informação/documentação

A acessibilidade física engloba toda a área necessária no que diz respeito a modificações estruturais em um ambiente físico. Os museus para serem acessíveis fisicamente, precisam que seus serviços estejam adaptados para serem utilizados por qualquer pessoa independente de sua condição física.

Os espaços museológicos são em geral projetados e concebidos de forma padronizada, não levando em consideração as variações físicas naturais ou não de um indivíduo, como por exemplo, as deficiências, alturas, variações corporais assim como o nível de comprometimento da mobilidade física que um indivíduo possa ter em certa fase da sua vida. Uma pessoa que tenha mobilidade física comprometida por algum desses fatores acaba sendo prejudicada pelos inúmeros obstáculos presente nesses espaços, impedindo a utilização plena dos seus serviços fazendo com que sua experiência museal não seja satisfatória. Ainda precisamos levar em consideração, a origem desses prédios que abrigam os museus, pois são construções antigas, não criados para esta finalidade e muitos deles tombados pelo patrimônio histórico nacional, o que acaba gerando vários empecilhos para a realização de reformas e adaptações. Além disso, perpassam por barreiras de ordem semântica, visto que o grande público não se sente pertencente aquele local.

Quando pensamos em acessibilidade física nos museus, precisamos levar em consideração que são vários os obstáculos a serem vencidos, iniciando ainda fora do edifício, no que diz respeito ao acesso à entrada, para depois fornecer medidas de acessibilidade na circulação interna da instituição. Essas adequações, como vimos, são amparadas por lei e seguem os padrões ABNT, *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, conhecida como NBR 9050 criada em 1985. Essa norma utiliza de recomendações baseadas no Desenho Universal, conceito que surgiu depois da Revolução Industrial onde busca criar produtos e ambientes que possam ser usados por todos, sem a necessidade de adaptações ou favorecimentos de indivíduos com deficiência.

A acessibilidade Sensorial diz respeito, como o próprio nome diz, aos sentidos e implicam diretamente a todos os aspectos envolvidos na recepção de uma mensagem. As deficiências sensoriais incluem principalmente a deficiência auditiva e a deficiência visual, ou seja, é o indivíduo que nasce ou perde a capacidade de receber mensagens através de um ou mais órgãos de percepção como a visão, olfato, audição, tato e paladar.

É através do reconhecimento sensorial do espaço arquitetônico que o deficiente visual irá se sentir seguro no espaço museológico, é necessário que o trajeto ofereça autonomia, conforto e segurança para o visitante. Ainda há a variável de que os alguns museus precisam seguir parâmetros de conservação e segurança do acervo que está exposto, por esse motivo, os objetos se limitam a didática da observação sem a possibilidade de toque e experimentação, dificultando o trabalho de comunicação com o visitante que é deficiente visual. Portanto, é importante assegurar que todos os visitantes tenham o mesmo acesso a informação no espaço museológico, independente da forma que os profissionais de museus encontrarão para transmitir esta informação.

Pode parecer contraditório, mas a acessibilidade auditiva no espaço museológico se inicia por uma sinalização e iluminação adequada do trajeto expositivo, pois a visão é o sentido norteador deste visitante e por isso deve ser estimulada corretamente. Os meios de comunicação seguidos pelo museu, seja escrita ou visual, deve estar apresentado de forma clara, tamanho confortável e contrastante. O atendimento especializado para deficiente auditivo no museu deve inserir um interprete de LIBRAS, o que facilita a comunicação e sanção de dúvidas.

Não é difícil perceber que tanto a acessibilidade física quando a acessibilidade sensorial, dependem de recursos financeiros, sejam para adaptações, compra de equipamentos ou para contratação/treinamento de pessoal especializado. O que coloca uma grande barreira entre museu e acessibilidade, visto a conhecida falta de recursos vivenciadas pelos museus, sobretudo os administrados pelo poder público. Para tanto, existem outras formas de investir em acessibilidade respeitando as limitações de cada instituição, e são essas formas que propõe, por sua natureza sensível, gerar uma situação de respeito e empatia à diversidade de público que frequenta um museu.

# 2.3 Acessibilidade Sensível: Um Relato Sobre o Parque Histórico General Bento Gonçalves

"A igualdade entre as pessoas é direito de todos e que se concretiza mediante políticas que, ao tratar a todos igualmente, reconheça também as suas diferenças, oferecendo as oportunidades necessárias para que todos possam desenvolver as suas potencialidades e serem atendidos em suas necessidades também como cidadãos independentes".

Amanda Pinto da Fonseca Tojal

Este relato, nada mais é do que o objeto de estudo – PHGBG – visto pelas lentes de observação dos parâmetros de acessibilidade construídos ao longo desta monografia. Busca-se, portanto, com este relato evidenciar na prática estes parâmetros, assim como as vivências de cada categoria que compõe a *Acessibilidade Sensível* e, trazer a reflexão de como ela interfere na relação comunicativa entre o museu e o público. Para isso, utilizarei como documento principal bilhetes escritos pelos visitantes deixados no "Mural do Visitante" onde o mesmo pode colocar de forma espontânea recados, críticas, sugestões e/ou elogios. Utilizarei também de comentários deixados pelo visitante na página do PHGBG no Facebook, assim como imagens encontradas nos meios de divulgação do museu (perfil/página do Facebook e Flickr) e de acervo pessoal.

O Parque Histórico General Bento Gonçalves é uma instituição vinculada à Secretaria do Estado da Cultura, foi criado através do Decreto Nº 21.624, em 28 de janeiro de 1972. Ele está localizado rodovia BR 116, SUL. KM 423, onde antes já foi a Sesmaria do Cristal, originada por uma doação de terras feita por D. João VI ao alferes Joaquim Gonçalves da Silva, pai do líder farroupilha Bento Gonçalves.

Com área de aproximadamente 280 hectares, o parque possui mata nativa, campos e banhados. O museu está localizado bem ao centro, o prédio é uma réplica da casa original e foi construído em 1976 junto às ruínas da antiga casa.



Figura 1.Museu do PHGBG. Fonte: Acervo Pessoal

É importante aqui também destacar a natureza do seu acervo. O museu como tantos outros espalhados no Brasil, foi inaugurado sem acervo próprio, abrigando poucas peças relativas à Bento Gonçalves, Estância de Cristal e sobre a Revolução Farroupilha, sendo em sua maioria réplicas. A principal forma de comunicação, portanto, se dá através da mediação como forma de se aproximar de seu público, não valorizando tanto o objeto.

Em termos de acessibilidade física, constatamos que o prédio está localizado em cima de uma elevação de terra, com o qual para se ter acesso é necessário a utilização de uma escada feita de pedra e que pela própria característica da edificação, não possui corrimão ou rampa de acesso. Existe uma outra entrada, pelos fundos, mas a mesma é igualmente de difícil acesso, pois após vencer a subida da elevação de terra, existe uma área de seixo até a porta onde se encontra mais um degrau.



Figura 2.Visão da entrada do museu. Fonte: Perfil do PHGBG no Flickr<sup>10</sup>.



Figura 3. Entrada dos fundos do museu. Fonte: Acervo Pessoal

Sabemos que para um museu promover integralmente a inclusão é difícil, principalmente quando tratamos de um público com necessidades especiais.

. .

 $<sup>^{10}\</sup> Disponível\ em:\ https://www.flickr.com/photos/parquebento/9203663474/$ 

Acreditamos que é importante, portanto, tendo em vista as dificuldades de recursos enfrentados pelos museus hoje, se adequar às limitações impostas e investir naquilo em que é possível para tornar essa relação mais acessível e respeitosa de forma emergente. O Parque Histórico General Bento Gonçalves, apesar de não se enquadrar em toda a discussão sobre acessibilidade que vimos anteriormente, tinha uma relação muito harmoniosa com seu público visitante.

A acessibilidade Sensível, no escopo deste trabalho, caracteriza-se pela necessidade de um certo humanismo dos profissionais ligados à área dos museus, este parâmetro envolve fatores econômicos, emocional, cultural, de gestão e informação, no qual pude compreender que eram fatores importantes nessa relação que o PHGBG tinha com seu público, fazendo com que seu público não saísse do museu decepcionado e que retornasse sempre que possível, apesar de suas limitações. Como estes fatores se dividem, seguindo a linha de pesquisa deste trabalho, será explicado de forma detalhada a seguir.

Acessibilidade Econômica: O fato de ter que pagar um bilhete ainda impede o acesso de visitantes nos museus, se aliarmos isso ao fato cultural de que em nosso país visitas aos museus não são opções de lazer e que estes locais são espaços apenas de aprendizado, temos um inimigo poderoso como barreira simbólica. Porém, esta é uma questão complicada, visto que a grande parte dos museus no Brasil recebe apoio do governo, e a cada ano este apoio financeiro diminui e os custos para se manter um museu apenas aumentam. Quanto a definição de museu enquanto instituição:

O conceito "sem fins lucrativos" reforça a ideia de que qualquer receita adicional gerada pelo museu é exclusivamente utilizada para o apoio da instituição e não para distribuição a subscritores individuais. (Porém, reconhece-se que os governos e as autoridades civis em muitos países do mundo, consideram todas as receitas do museu como rendimentos estatais – de facto, taxas - e continuam a não autorizar o museu a reter e a utilizar novamente as receitas próprias geradas pelos preços de ingresso, venda de publicações, etc.). (ICOM, 2004, p.150).

O livro do ICOM (2004) "Como gerir um museu: Manual prático", ainda coloca que esta ideia de museu de natureza não-lucrativa não é simples, pois seu conceito se baseia na prática de propriedade filosófica, e destaca que "A autoridade administrativa pode mudar e o pessoal pode mudar, mas o 'público' como entidade indefinida, continua 'proprietário' do

museu como um local de propriedade de património cultural, natural e científico.", ou seja, a cobrança de ingressos bem como qualquer receita que o museu possa vir a ter não pode trazer benefícios a qualquer parte do corpo de funcionários pois o museu existe para atender as necessidades apenas de seu público.

Alguns países e algumas instituições defendem as entradas livres, gratuitas, universais, e outros defendem a cobrança de ingressos. Nos museus municipais esse assunto deve ser amplamente debatido e deve levar em conta as experiências locais e o bom senso. É fundamental ter o público como aliado, e no caso dos museus comunitários a decisão deve ser da comunidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2009, p.20).

Contudo, existem diversos meios que poderiam estimular a população a ocupar esses espaços de cultura, independente da cobrança de entrada ou não, como promoções na taxa de ingressos, parcerias com outras instituições no intuito de fornecer descontos, valores reduzidos para excursões, gratuidade em determinados dias da semana, a criação de "vales culturais" que proporcionam a visita da população em diversos locais, entre outros. Não podendo esquecer das gratuidades garantidas pela lei de acordo com cada esfera do poder público do qual o museu está inserido. Este é um fato determinante para a simpatia do público em relação ao Parque Histórico General Bento Gonçalves, pois além da visita ao museu, ele possui área para acampamento e tudo era disponibilizado de forma gratuita.

Acessibilidade Emocional: Um museu deve ser um local onde as preocupações estejam para além das barreiras físicas. Do mesmo modo que é importante frisar existem preocupações as quais escapam aos olhos e compõe, assim como estamos acostumados ao universo dos objetos, o extrínseco. O que implica dizer que a acessibilidade deve adentrar no campo do subjetivo, das emoções. Todos os visitantes devem se sentir bemvindos dentro dos museus, independentemente de suas condições físicas, sociais e econômicas, o ambiente deve ser criado a modo de acolher o visitante levando em consideração a arquitetura, sinalética, iluminação, espaços de convívio, acessibilidade do acervo e atitude dos funcionários.

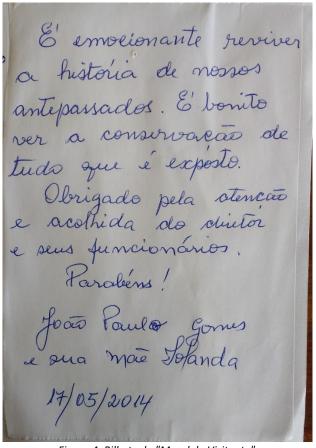


Figura 4. Bilhete do "Mural do Visitante".

"É emocionante reviver a história de nossos antepassados. É bonito ver a conservação de tudo que é exposto. Obrigado pela atenção e acolhida do diretor e seus funcionários. Parabéns! João Paulo Gomes e sua mãe Iolanda. 17/05/2014"

Buscar um atendimento de qualidade é um direito de todos. É de grande importância que os funcionários ligados à área de atendimento, como recepcionistas, mediadores e seguranças, demonstrem disposição ao receber o visitante, estabelecendo um contato amigável, promovendo uma boa impressão a todos os públicos, pois todos os visitantes precisam ser sentir acolhidos.

O acolhimento do visitante é uma responsabilidade de todos os membros do pessoal. A administração de topo precisa de ter uma liderança forte para assegurar que todo o pessoal compreende, que cada um deles deve contribuir para criar o melhor ambiente para os visitantes terem acesso e usufruírem do acervo e das instalações. Não é só o pessoal que tem contacto directo diariamente com os visitantes que é responsável. A responsabilidade dos que trabalham nos "bastidores", quer seja um funcionário da limpeza, um catalogador ou um financeiro, é a mesma (ICOM, 2004, p.117).

O IBRAM (2014) em seu caderno "Museus e Turismo: estratégias de cooperação", coloca que para que o visitante aproveite ao máximo das oportunidades de entretenimento e aprendizagem disponíveis no museu, ele precisa se sentir bem

recebido, com segurança e ainda, que ele tenha meios de refletir sobre como as coleções em exposição o beneficiam, fazem parte do patrimônio humano e o ajudam a compreender seu lugar no mundo.

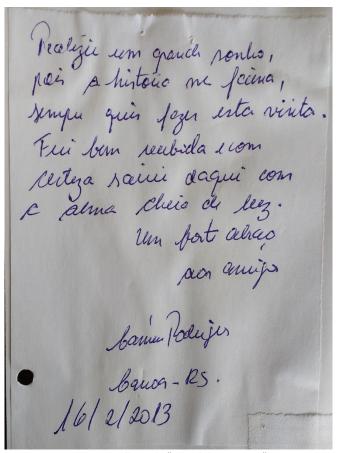


Figura 5. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Realizei um grande sonho, pois a história me facina, sempre quis fazer esta visita. Fui bem recebida e com certeza sairei daqui com a alma cheia de luz. Um forte abraço da amiga. Ilegível – RS. 16/2/2013"

Este fator foi sem dúvida o maior motivador para a escolha deste relato no trabalho, pois durante o período de estágio no PHGBG pude perceber poucas ou quase nenhuma frustração em relação à visita. E, referente a isto, é importante colocar que, por diversas vezes, pela ausência de mediadores, a própria segurança do parque acompanhava o visitante contando a história do local e sobre a proposta do museu, fazendo esse serviço de mediação de uma forma descontraída e simpática como um diálogo.

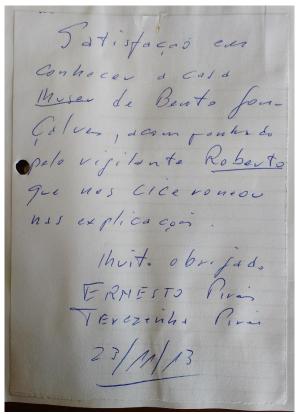


Figura 6. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Satisfação em conhecer a casa museu de Bento Gonçalves, acompanhado pelo vigilante Roberto que nos ilegível nas explicações. Muito obrigado. Ernesto Pires. Terezinha Pires. 23/11/13"

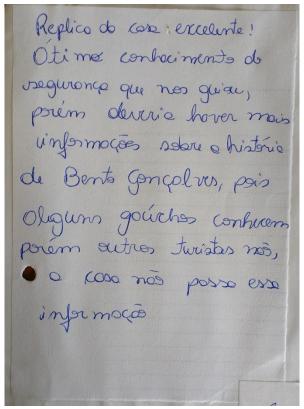


Figura 7. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Replica da casa excelente! Ótimo conhecimento do segurança que nos guiou, porém deveria haver mais informações sobre a história de Bento Gonçalves, pois alguns gaúchos conhecem porém outros turistas não, a casa não passa essa informação"



Figura 8. Depoimento de uma visitante na página do museu nas redes sociais. Roberto fazia parte do quadro de segurança da instituição.

Fonte: Página do PHGBG no Facebook<sup>11</sup>.

Como bem já trabalhamos, simplesmente abrir as portas de um museu não garante o acesso a suas instalações, para entender melhor o ICOM nos dá sua definição:

O que é o acesso? Os serviços ao visitante são cruciais para a coordenação do acesso público ao museu. O acesso dá ao visitante a oportunidade para utilizar instalações e serviços, ver exposições, assistir a conferências, investigar e estudar o acervo e conhecer o pessoal. Isto não só significa acesso físico, como também inclui o acesso ao nível intelectual apropriado, sem preconceitos sociais e culturais (ICOM, 2004, p.117).

O Conselho Internacional de Museus ainda coloca o que são os serviços ao visitante e o que implicaria a sua ausência nos espaços museológicos.

O que são os serviços ao visitante?: São as providências tomadas pelo museu no sentido físico, intelectual e social que permite ao visitante usufruir de uma visita informativa, agradável e confortável. Os bons serviços ao visitante reduzem os níveis de desapontamento, desconforto e fadiga e ajudam o visitante a usufruir das exposições e dos eventos. Sem bons serviços ao

-

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Disponível em: https://www.facebook.com/PHBENTOGONCALVES/

visitante, as oportunidades de entretenimento e aprendizagem são extremamente reduzidas e o número de visitas de retorno cairá (ICOM, 2004, p.117).

Para se sentirem confortáveis, o museu deve se dedicar em promover uma experiência rica ao visitante, em todos os sentidos que o termo "acesso" pode incorporar. O acesso, nesse caso, é visto de forma amplificada incorporando aspectos físicos, intelectuais e sociais. Por esse ângulo, deve-se pensar nos arredores do museu e toda a sua potencialidade em termos de acolhimento – como estacionamento, pontos de ônibus, restaurante, cafés, lanchonetes, praça, pátios, a própria rua em que o museu se situa – pode incrementar, e muito, o acesso sensível ao museu. Os serviços oferecidos ao visitante, são, portanto, formas de aprimoramento da acessibilidade, pois atuam como um estímulo à visita quando garantem uma sensação de conforto e bem-estar.

O PHGBG, além do serviço de recepção e funcionários dispostos e amigáveis, como mencionado anteriormente, possuía área para acampamento com estrutura para churrascos e piqueniques além de contar com amplo estacionamento e segurança 24 horas, ou seja, se mostra um museu em que seu público sente prazer e conforto em estar ali.



Figura 9. Área para churrasco. Fonte: Perfil do PHGBG no Flickr<sup>12</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Disponível em: https://www.flickr.com/photos/parquebento/9248997119/

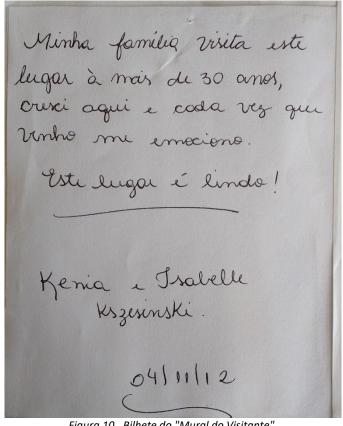


Figura 10. Bilhete do "Mural do Visitante". "Minha família visita este lugar à mais de 30 anos, cresci aqui e cada vez que venho me emociono. Este lugar é lindo! Kenia e Isabelle ilegível. 04/11/12"

Cláudia Martins reforça esta ideia de prestação de serviços como potencializadores nesta relação de empatia.

A qualidade dos espaços museológicos é ainda potenciada com instalações sanitárias, cacifos, cafetaria e/ou restaurante, loja, serviços de documentação, arquivo, biblioteca, entre outros, que acabam por transformar o que outrora foi um espaço fechado e elitista num espaço tecnicamente aberto a todos os públicos, independentemente das suas necessidades ou interesses (MARTINS, 2013, p.385).

Com base na autora, ratificamos aqui que esses espaços podem se tornar um ambiente tão acolhedor a ponto de transformar aquelas visitas "tensas e silenciosas", como seguidamente nos deparamos, em atividades de descontração e lazer, transformando a visão de museus como grandes templos de erudição em locais que o visitante se sinta confortável e bem-vindo.

Acessibilidade Cultural: Amanda Tojal (2008) nos diz que, "o museu, como instituição pública, deve ter como objetivo não somente a preservação do patrimônio cultural nele abrigado, como também o importante papel de promover ações culturais

enfocando o seu potencial educacional e de inclusão social". Nesse sentido, o museu deve atuar "como agente de conhecimento e fruição do patrimônio histórico, auto reconhecimento e afirmação da identidade cultural de todos os cidadãos, independentemente de suas diversidades", para que isso ocorra é preciso que que ele esteja atento ao que o público tem a dizer. Em sentido convergente, Cláudia Martins (2013) conceitua a acessibilidade cultural como:

A tentativa de as coleções e exposições refletirem as histórias e vivências da comunidade ou mesmo a repetição de exposições passadas com mediação adequada a públicos específicos, por exemplo, minorias étnicas de uma determinada comunidade, emigrantes, crianças, senhores, pessoas com necessidades especiais (MARTINS, 2013, p.386).

Como falado anteriormente, o museu do PHGBG não possui acervo próprio e dispõe de poucos objetos muzealizados para trabalho expositivo, o modo que o museu encontrou de contornar essa situação, foi a realização de exposições temporárias com acervos de fora do museu, como convites à artistas locais ou mesmo participação da comunidade com dinâmica de exposição baseadas em objetos pessoais.



A Busca por objetos e histórias por toda região pelo que estamos percebendo está gerando uma reflexão por parte das famílias que nós conversamos. Grande parte das pessoas visitadas já haviam conversado sobre sua história e que tipo de relíquia a Memória possuía.

Para nossa surpresa, uma senhora, a Dona Thereza, agora está pensando em criar um memorial de sua família nos fundos de sua casa, por toda essa Reflexão.

Este é o proposito da Exposição, fazer com que as gerações dialoguem e se descubram como parte da história para poder seguir com uma estima maior sobre si.

Este é o Museu que queremos, um Museu integrado com sua comunidade. Venha descobrir sua parte nessa história.

Figura 11. Resultado de reflexão a respeito de uma das ações do museu. Fonte: Página do PGHBG no Facebook $^{13}$ .

O Instituto Português de Museus através do seu caderno "Temas de Museologia - Museus e Acessibilidade" nos mostra o que devemos respeitar e buscar refletir sempre

\_

<sup>13</sup> Disponível em: https://www.facebook.com/PHBENTOGONCALVES/

que planejamos ações para os museus e assim colocar em suas atividades uma visão mais ampla e democrática da cultura.

Corremos sempre o risco de apresentar um assunto apenas da nossa perspectiva, ignorando outras visões. A nossa abordagem pode afastar alguns visitantes e inclusivamente insultar outros. O acervo do museu também pode não refletir o leque de opiniões sobre determinado assunto, pelo que se deverá procurar complementar a informação através de exposições temporárias. Também é possível que um museu crie exposições inclusivas, mas que a sua divulgação não chegue a algumas populações e que a diversidade humana subjacente à exposição não seja refletida nos visitantes (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2004, p.30).

Assim como apresentado pelo IPM, o Parque Histórico General Bento Gonçalves reservou uma de suas salas de exposição à temática indígena, levando em consideração à necessidade de informação que este tema abarcava visto que parte de suas terras haviam sido cedidas pelo governo federal à uma etnia indígena, o que causou certa comoção na comunidade. Buscou também, através de atividades como rodas de conversa e apresentações de música e dança, apresentar estes novos moradores à comunidade, servindo de mediador para um harmonioso convívio entre as partes.

O IBRAM (2009) em seu documento "Subsídios para a Criação de Museus Municipais" coloca que o museu corresponde a um processo e uma prática social que deve estar colocada a serviço da sociedade, das comunidades locais e de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o museu se caracteriza como uma ferramenta que deve ser utilizada para o exercício do direito à memória, ao patrimônio e à cultura; para o desenvolvimento de processos identitários e de valorização da diversidade cultural.

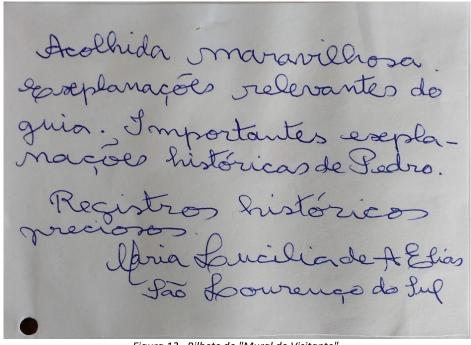


Figura 12. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Acolhida maravilhosa. Explanações relevantes do guia. Importantes explanações históricas de Pedro. Registros históricos preciosos. Maria Lucilia de A Elias. São Lourenço do Sul"

O documento também expõe que a educação nos museus possibilita a experiência da apropriação cultural, crítica e consciente, por parte dos mais diferentes grupos sociais e culturais. Isto acaba acarretando em um "processo de empoderamento sociocultural que, utilizando o patrimônio como recurso estratégico, valoriza o exercício da cidadania e contribui para a melhoria da qualidade da vida social e pessoal de indivíduos e coletividades." (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2009, p.21)

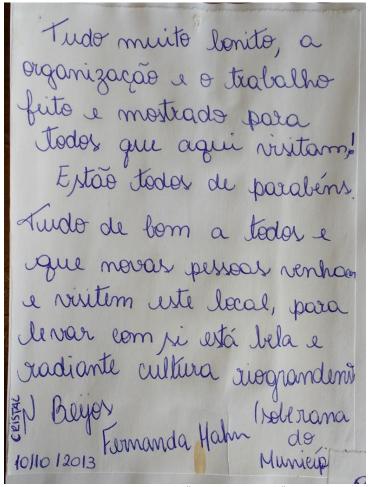


Figura 13. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Tudo muito bonito, a organização e o trabalho feito e mostrado para todos que aqui visitam! Estão todos de parabéns. Tudo de bom a todos e que novas pessoas venham e visitem este local, para levar com si está bela e radiante cultura riograndense. Beijos. 10/10/2013. Fernanda ilegível (soberana do município"

Existe um sentimento de pertencimento em relação ao museu que local ainda inspira visitantes em vários momentos de sua vida fazendo procurarem o PHGBG para ensaios fotográficos de casamentos, formaturas e festa de debutante, os principais motivos explicados são o fato do lugar fazer parte da sua história e por isso importante naquela etapa de sua vida.

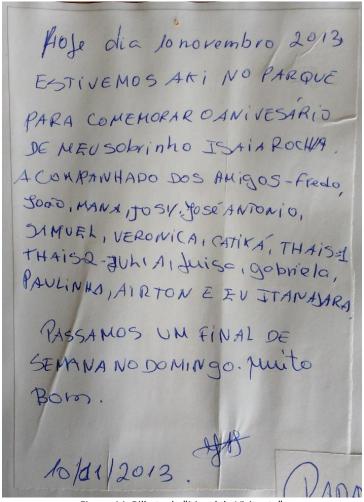


Figura 14. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Hoje dia 10 novembro 2013 estivemos aki no parque para comemorar o aniversário de meu sobrinho Isaia Rocha. Acompanhado dos amigos – Fredo, João, mana, Josy, José Antonio, Samuel, Veronica, Catirá, thais-1, thais-2, Julia, Luisa, Gabriela, Paulinha, Aairton e eu ilegível. Passamos um final de semana no domingo muito bom. 10/11/2013"

Esta forma de enxergar o museu como um local de lazer e também como um lugar de comemorações, proporciona uma sensação de acolhimento, conforto e pertencimento que influi no interesse do visitante nas práticas educativas que o museu oferece, estimulando-o a participar de suas atividades e contribuído para uma melhor assimilação do que está sendo oferecido em termos de informação.

Acessibilidade na Gestão: Um museu acessível é um museu que demonstra a preocupação em ouvir e entender o seu visitante, ou seja, é necessário conhecer as necessidades e recomendações de seu público. Marília Cury nos fala do distanciamento de origem histórica, como vimos anteriormente, entre a instituição museu e o público visitante, que para ela, apenas a institucionalização das coleções não eram suficientes para garantir acesso às mesmas.

pois o processo de musealização, da aquisição à exposição, foi orientado durante muito tempo por uma centralização, capaz de imprimir em todo o processo uma visão única e auto-centrada, desconsiderando a participação e os conhecimentos prévios do público e descompromissada com a inteligibilidade e com os códigos culturais do visitante ao apresentar as coleções (CURY, 2005, p.36).

Em relação ao acesso, o Instituto Brasileiro Museus (2009) coloca que este deve ser o mais amplo e irrestrito possível, ou seja, deve proporcionar um acesso universal. Para tanto, o órgão orienta que o museu desenvolva um plano geral de acessibilidade que atenda a todas as esferas da sociedade e não se limite a um público especifico como forma de beneficiamento. Outra questão é a preocupação que o horário de funcionamento do museu atenda também os mais diversos públicos, inclusive o trabalhador.

É igualmente importante que as exposições e os serviços do museu estejam em funcionamento em horários que atendam as demandas locais. Esses horários devem ser regulares e amplamente divulgados. É importante que o museu possa garantir o acesso dos estudantes, aposentados e trabalhadores das comunidades e classes populares rurais e urbanas (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2009, p.20).

Os meios de alcançar uma acessibilidade na gestão seria portanto, convidar o público a fazer parte de comissões e assessorias, além de oferecer outras oportunidades, não somente de frequentar e usufruir as exposições, como também de poder participar de eventos e outras programações adaptadas, atuar no planejamento e montagens de exposições. Trabalhar em conjunto com outras áreas para as ações dentro do museu, fazer parcerias com outras instituições afim de promover o intercâmbio de ideias e conhecimento.

O direito à escolha tem sido reclamado pelo público frequentador dos museus e é um fator importante para a efetivação de mudanças sensoriais e atitudinais. Da mesma forma, esse público quer opinar quanto ao conteúdo das diretrizes elaboradas pelas políticas culturais das instituições, que demandam reestruturações em todas as áreas museológicas, principalmente na área comunicacional. Aliás, a área comunicacional é a que tem por função conceber exposições baseadas no modelo emergente, baseadas em propostas mais interativas com os objetos e com os diferentes níveis de informação sobre os

conteúdos nelas apresentados, ao levar em consideração os diversos graus de compreensão e de diversidade dos públicos visitantes (TOJAL, 2007, p.178).

Os museus então, para se transformarem em locais de lazer e cultura para a população, têm investido em uma política de bom acolhimento, buscando propiciar uma informação adequada, hospitalidade, experiências ricas e interativas, serviços confortáveis e de qualidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014). Além disso é importante para uma gestão eficiente e acessível promover à multidisciplinaridade e uma política participativa com outras instituições a fim de melhorar seus serviços.

Para além do aprimoramento técnico, há um esforço dos profissionais dos museus em estreitar o diálogo com os profissionais de turismo, visando o desenvolvimento de ações em conjunto, de forma a unir as experiências acumuladas pelas duas áreas em prol de um turismo cultural estruturado e acessível para todos (IBRAM, 2014, p.13).

Pelo período em que estas experiências foram vivenciadas, as ações do Parque Histórico General Bento Gonçalves sempre foram voltadas para a comunidade buscando trazer para estas ações as questões pertinentes a comunidade. Um dos exemplos foi a realização de uma conversa, organizada pelo museu, envolvendo a comunidade de Cristal (comunidade do entorno) e os índios (Kaiowá) instalados nas terras do PHGBG como mencionado anteriormente, na época, principalmente por se tratar de uma comunidade pequena e tradicional, havia muita desinformação, hostilidade e até medo a respeito da situação. Após esta reunião, várias mudanças de comportamento foram percebidas na comunidade.



Figura 15. "Mural do Visitante", espaço reservado para o visitante deixar seus elogios, críticas e sugestões.

Fonte: Acervo Pessoal

Escutar o que os visitantes têm a dizer sobre o que compreenderam na realidade de cada um deles é caminhar em direção a um processo reflexivo de maneira mais democrática, criando um espaço para a construção de aprendizado.

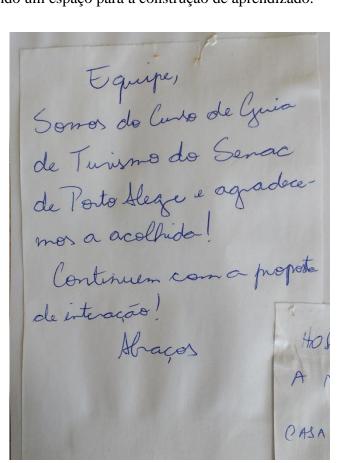


Figura 16. Bilhete do "Mural do Visitante".

"Equipe, Somos do curso de Guia de Turismo do Senac de Porto Alegre e agradecemos a acolhida! Continuem com a proposta de interação! Abraços"

Investir também na qualificação dos funcionários do museu é fundamental para que a gestão esteja direcionada ao aspecto humano e não apenas a uma representação administrativa, já que este funcionário que irá atuar junto ao público ajuda a tecer uma boa imagem em relação à Instituição.

Acessibilidade Informacional: Percebemos que a sociedade atual apresenta uma crescente demanda pela democratização do acesso e uso da informação e do conhecimento e os museus tem papel fundamental na produção e disseminação desse saber. Assim, o acesso a informação deve ser amplamente facilitado, não apenas no que se refere a pesquisa e ao acervo mas também, informações básicas da rotina e objetivos do museu, como horários, projetos, programações e etc. O Parque Histórico General Bento Gonçalves abria de terça à domingo, inclusive nos feriados, e todas as suas atividades eram corriqueiramente divulgadas e lembradas em seus principais meios de comunicação (Blog, página e perfil no Facebook). De acordo com Sônia Santos:

Acesso à Informação: Deve garantir que a divulgação das atividades chega a novos públicos. Deve considerar o público sem conhecimentos prévios sobre o tema do evento ou com dificuldades de aprendizagem (SANTOS, 2009).

Quanto à informação, pudemos observar que o serviço de atendimento dentro dos museus, são fundamentais para a boa comunicação com o público. Este atendimento é de extrema importância para que o visitante pense em retornar ao museu, além de influenciar na divulgação dentro de seu círculo de amigos (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014).

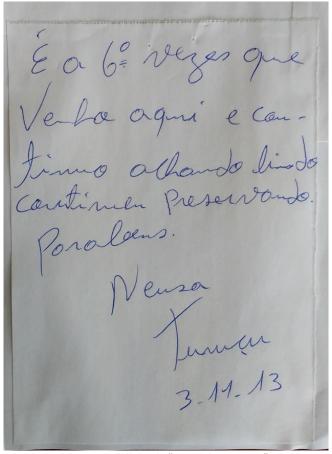


Figura 17. Bilhete do "Mural do Visitante".

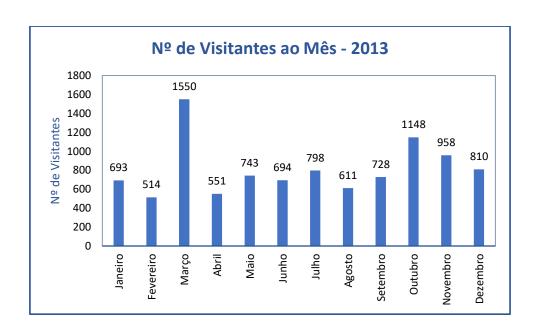
"É a 6ª vezes que venho aqui e continuo achando lindo. Continuem preservando. Parabéns. Neusa. Turuçu. 3.11.13"

Pensar em acessibilidade informacional é pensar também em uma questão de acessibilidade linguística, principalmente em museus que recebem visitas de turistas estrangeiros. É interessante, portanto, que a comunicação dentro do museu e em sua divulgação contemple no mínimo uma outra língua que não a nativa, até o momento em que estive estagiando no Parque Histórico General Bento Gonçalves, ainda não tinha-se conseguido traduzir para outra língua a parte comunicacional escrita do museu, porém, era uma preocupação constante do então diretor que buscava solucionar o problema.

Nesse fator informacional, o que mais me impressionou em relação ao PHGBG é que este fica localizado no meio da BR a mais ou menos 4km do centro da cidade, ou seja, é passagem para carros em viagem a mais de 60km/h, possui uma placa de indicação do parque na entrada, mas pouco visível, e um caminho de estrada de mais de 1km até chegar de fato ao museu. Mesmo assim, o número de visitantes surpreende,

como se pode observar nas tabelas abaixo<sup>14</sup>, o que pode ser explicado talvez exatamente por esta característica de encantar os visitantes que frequentam o museu.





 $<sup>^{14}</sup>$  Análise dos Livros de Visitantes do museu dos anos de 2012 e 2013 realizadas durante meu estágio.

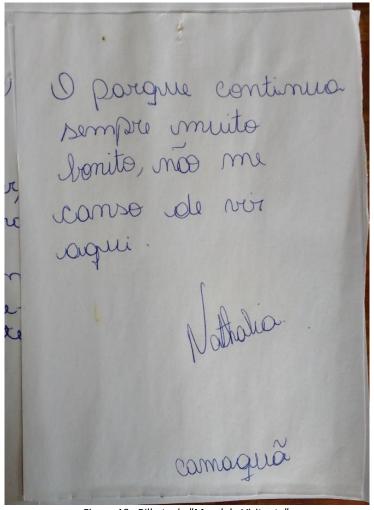


Figura 18. Bilhete do "Mural do Visitante". "O parque continua sempre muito bonito, não me canso de vir aqui. Nathalia. Camaquã"

O parque tinha como principal meio de comunicação seu perfil e página no Facebook, onde esclarecia periodicamente sobre horários e atrativos do parque, informes sobre exposições, curiosidades a respeito do acervo e sua história, além de publicações de imagens em tempo real da paisagem convidando os visitantes a apreciarem a beleza do local.



#### Boa Tarde Amigos do PHGBG!!

Sabiam que com o início da Revolução Farroupilha a mulher teve sua vida e cotidiano transformados de uma hora para outra??

Com a ausência dos homens no ambiente familiar devido à revolução, as mulheres se tornaram a cabeça do lar e, por isso, ficaram conhecidas como estanceiras, permaneceram nas estâncias com a responsabilidade de administrar e cuidar das lidas campeiras, domésticas dos campos e dos negócios de família mantendo a economia local, além das obrigações de tomar conta do lar e dos filhos.



Figura 19. Curiosidades publicadas pelo museu em seu perfil. Fonte: Perfil do PHGBG no Facebook<sup>15</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Disponível em:





Figura 20. Exemplo de uma comunicação amigável utilizada pelo museu em suas redes sociais.

Fonte: Perfil do PHGBG no Facebook<sup>16</sup>.

É importante destacar então, que os visitantes satisfeitos são valiosos para os museus, pois podem tornar-se visitantes regulares, divulgadores por meio do boca a boca<sup>17</sup>. Para isso, é preciso que a gestão planeje e estabeleça serviços e instalações de qualidade para o visitante, provendo e melhorando o acesso, a compreensão e, sobretudo, a diversão oferecida por meio da apresentação adequada das coleções. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014)

-

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Disponível em:

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=302519973279952&set=pb.100005658540549.-2207520000.1489078526.&type=3&theater

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Em uma pesquisa realizada por mim no período trabalhado na instituição revelou que o conhecimento a respeito da existência do parque se mostrou em sua maioria através de "conhecidos" de 206 entrevistados 46% marcaram esta opção, o que indica uma propagação da experiência vivida no museu.

Portanto, baseado no que vimos, podemos dizer que as "atitudes" são o mais simples, porém, um dos principais desafios que os espaços culturais enfrentam para garantir total acessibilidade nos museus, pois, são através de uma conscientização, mudança de atitude e na própria forma de gestão das instituições que estão alicerçados todas as bases para uma acessibilidade sensível, um exercício de empatia e memória de qual é a real função dos museus, pois o museu serve a quem??

# **Considerações Finais**

De acordo com a bibliografia analisada nesta monografia, com parâmetros e conquistas na legislação federal, declarações, documentos e portarias produzidos pelos órgãos ligados aos museus ao longo de seu desenvolvimento até o presente momento, é possível afirmar que a acessibilidade embora vasta e cheia de avanços pertinentes, é ainda uma discussão recente e sua implementação, na prática, dentro dos espaços museológicos encontram diversas barreiras, principalmente referentes à estrutura física e demanda de recursos para tecnologia e materiais especializados.

Conforme a reflexão esplanada neste trabalho, os obstáculos colocados a acessibilidade em museus abrangem diversos parâmetros diferentes, todos eles igualmente importantes: a acessibilidade física, a sensorial, e a sensível dividida em econômica, emocional, cultural, informacional e ao acesso à gestão. Se todas estas barreiras fossem vencidas, certamente que os museus estariam um passo mais perto do conceito de museu para todos.

Os avanços conquistados no campo museológico ampliaram o modo de ver a relação entre o museu e seu público, o que abre um leque de possibilidades de uma maior interação entre a sociedade e esses espaços. Os profissionais ligados à área compreendem cada vez mais que abrir as portas dos museus não é suficiente para uma garantia de acessibilidade e os museus nesse contexto ainda está procurando meios de se adequar a essas novas demandas inclusivas. No meu ponto de vista, o que lhes falta é ser mais crítico e participativo, compartilhando com a comunidade na qual está inserido os seus questionamentos.

A acessibilidade sensível vem a somar nesta conjuntura, pois ela se relaciona com a capacidade de percepção de várias esferas da vida dos visitantes, para se estar atento para que nenhum tipo de acessibilidade seja ignorado ou negligenciado, isto requer um olhar amplo e sensível sobre o público, qualificação dos profissionais, e busca de recursos diversos para uma maximização da acessibilidade. Ela requer uma sensibilidade social e ética dos funcionários, para além de competência técnica ou saberes eruditos, da forma empatia mesma que só não traz todo conhecimento/informação/despertar do público para a informação comunicada no museu.

Assim, é possível refletir que o museu, através do ato de receber bem, acolher, cativar o visitante, dando a devida atenção a toda sua diversidade, aumentam as chances de que este visitante se interesse pelo seu discurso, pela informação que está tentando repassar. Aperfeiçoando seu atendimento, o museu se torna mais capaz de atingir, além das metas quantitativas, também os objetivos de cunho qualitativo, mostrando um cuidado com o público na mesma relevância que sua preocupação com a conservação, restauração, pesquisa e comunicação do patrimônio sob sua proteção.

Compreendendo que a preocupação acerca da acessibilidade dentro de espaços culturais não deve ter esta visão reducionista de que acessibilidade se refere apenas ao acesso físico/arquitetônico e ao sensorial do qual protegem as leis e normas, sugiro neste trabalho que deve-se ir muito além destas barreiras visíveis e buscar bloqueios no que tangem a sensibilidade e especificidade de cada indivíduo, buscando colocar em prática além dos parâmetros conhecidos, atentar-se também ao qual nomeei de acessibilidade sensível afim de contribuir na promoção e sucesso da missão de um museu.

As informações aqui analisadas, principalmente no que se refere à experiência no PHGBG, podem ser considerados caminhos para que outras instituições desenvolvam suas ações e para que este parâmetro de acessibilidade seja discutido e inserido dentro das políticas de acessibilidade dos museus contribuído, de fato, na promoção do acesso pleno dentro das instituições.

## Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos. Rio de Janeiro, ABNT; 1994.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15599: **Acessibilidade - comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro: ABNT; 2008.

BARBUY, H. M. S.; A comunicação em museus e exposições em perspectiva histórica. In: Museus e comunicação: exposições como objeto de estudo [S.l: s.n.], 2010.

CÂNDIDO, M. M. D.; INTRODUÇÃO. Cadernos de Sociomuseologia, [S.1.], v. 20, n. 20, june 2009. Disponível em: <a href="http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/373">http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/373</a>. Acesso em: 08 março 2017.

CHAGAS, M.; NASCIMENTO JÚNIOR, J. (orgs.). **Subsídios para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais / Departamento de Processos Museais, 2009. Disponível em: <a href="http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf">http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf</a>>. Acesso em: 22 março 2017.

COHEN, R.; Acessibilidade de Pessoas com Deficiência às Ambiências dos Museus do Estado do Rio de Janeiro: Ter Acesso, Percorrer, Ver, Ouvir, Sentir e Tocar. Projeto de Tese de Pós-Doutoramento submetido à FAPERJ e vinculado ao PROARQ/UFRJ em 2008.

CURY, M. X.; Exposição - concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

GARCIA, C. C.; Sociologia da Acessibilidade. 1. ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE, Brasil, 2008.

GIRAUDY, D.; **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional pró-memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

HORTA, M. de L. P.; "Vinte Anos Depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992" In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. Orgs: Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM São Paulo: USP, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus e turismo: estratégias de cooperação**. Brasília: IBRAM, 2014. 80. p.: IL. Disponível em: <a href="http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus\_e\_Turismo.pdf">http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus\_e\_Turismo.pdf</a>>. Acesso em: 22 março 2017.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. **Temas de Museologia: Museus e acessibilidade**. Lisboa: IPM, 2004, p.1-117.

JULIÃO, L.; **Apontamentos sobre a história dos museus**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas 1, Superintendência de Museus/Secretaria de Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 20, 2006. In: <a href="http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes\_segundaparte.pdf">http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes\_segundaparte.pdf</a>>. Acesso em: 21 fevereiro 2017.

KÖPTCKE, L. S.; Sobre Museus, Públicos e Dinâmicas Sociais: O Caso do Observatório de Museus e Centros Culturais. In: BENCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z. e MAGALHÃES, A. M. (org.) Museus e comunicação - exposições como objeto de estudo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, pg. 69-86.

MARTINS, C. S. N.; A acessibilidade museológica: o caso do Museu do Abade de Baçal. Brigantia, 2013, p. 383-404.

MAZZOTTA, M.J.S.; Acessibilidade e a Indignação por sua Falta. In: Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: "Acessibilidade: Você Também tem Compromisso." Caderno de Textos. p. 30-32. Brasília, 12 a 15 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. In: Simpósio Internacional Sobre Deficiência Visual – America Latina E Inclusão Social: Avanços E Dasafios Futuros, 2005, São Paulo: Laramara. Disponível em: <a href="http://www.faders.rs.gov.br/politica\_gestao\_inclusao\_escolar.php">http://www.faders.rs.gov.br/politica\_gestao\_inclusao\_escolar.php</a>>. Acesso em: 28 janeiro 2017.

MOUTINHO, M.; In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. Orgs: **Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM São Paulo: USP, 1995.

MUSEOLOGIA: **Roteiros práticos - Acessibilidade**. Resource: Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas. São Paulo: Edusp/Fundação Vitae. Vol.8, 2005.

NASCIMENTO, S. S.; **O** desafio de construção de uma nova prática educativa para os museus. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (orgs.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argymentym, 2005, p. 221-239.

PASTORE, J.; Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência. 2 ed. São Paulo: LTR, 2001.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Diretrizes Gerais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

ROQUE, M. I. R.; **Comunicação no museu**. in: BENCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z. e MAGALHÃES, A. M. (org.) Museus e comunicação — exposições como objeto de estudo. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2010, pg. 48-65.

SANTOS, M. C. T. M.; Reflexões sobre a nova museologia. São Paulo: [s.n.], 1999.

SANTOS, M. S.; **Museus brasileiros e política cultural**. Rev. bras. Ci. Soc., Junho 2004, vol.19, no.55, p.53-72. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf</a>>. Acesso em: 08 março 2017.

SANTOS, S. M. A.; **Acessibilidade em Museus**. Dissertação de Mestrado - Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

SARRAF, V. P.; **Breve história das Ações de Inclusão em Museus Brasileiros**. Disponível em: <a href="https://acessibilidadecultural.wordpress.com">https://acessibilidadecultural.wordpress.com</a>>. Acesso em: 21 janeiro 2017.

SASSAKI, R. K.; Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOTO, M. C.; Dos Gabinetes de Curiosidade aos Museus Comunitários: a construção de uma concepção museal ao serviço da transformação social. Cadernos de Sociomuseologia, v. 48, n. 4, p. 57-81, 2014.

SUANO, M.; O que é museu. São Paulo: Brasilense, 1986.

TOJAL, A. P. F.; **Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem?**, Revista Museologia & Interdisciplinaridade, V. 4, N. 7, 151-189, 2015.

TOJAL, A. P. F.; Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus. In: Caderno de. Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus. São Paulo: Expomus, 2010.

TOJAL, A. P. F.; Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos especiais em Museus. Tese de doutorado. São Paulo: ECA-USP, 2007.

UNESCO. Recomendação sobre os Meios Mais Efetivos de Tornar os Museus Acessíveis a Todos. 11º Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 1960.

UNESCO. **Declaração de Hangzhou**. Situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável. Hangzhou, 2013.

VALENTE, M. E.; **A Conquista do Caráter Público do Museu**. In: Educação e Museu – A Construção Social do caráter Educativo dos Museus de Ciência, ACCSS Editora, 2003.

WOOLLARD, V.; **Acolhimento do Visitante**. In: Como gerir um museu: Manual prático. ICOM: 2004. Disponível em: <a href="http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf">http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf</a>> Acesso em: 22 março 2017.

#### **Fontes Documentais:**

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: 1998.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta às Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 2004.

BRASIL. Decreto nº 186, de 9 julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: 2009.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24/10/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: 1989.

BRASIL a. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL b. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL, Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: 2009.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e indicadores Culturais – e dá outras providências. Brasília: 2010.

BRASIL. Lei n° 13.146 de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020). Brasília: 2010.

IBRAM. Portaria Normativa nº 232, de 29 de julho de 2011. IBRAM: 2003.

ICOM. Código de ética para museus. Seul (Coréia do Sul). Outubro 2004.

IPHAN. Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003. IPHAN: 2003.

IPHAN. Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006. IPHAN: 2006.